

V I C T O R D E S Á

história e actualidade



"18/19"

d i ç ã o d o a u t o r

«CULTURA E ACÇÃO»

«Uma devoção apaixonada pelos interesses intelectuais e artísticos, um sentido de missão social da inteligência ou do talento criador, uma paixão veemente pela elevação da massa popular ao nível da mais eminente dignidade da cultura, inspira estes e outros trabalhos de Victor de Sá.

Escrevendo, é ainda o homem de acção, inquebrantável nos seus generosos sacrifícios, que continua a agir. Acredita que a cultura, como a liberdade, se conquistam e não se recebem. Uma vida corajosamente vivida sob este duplo signo é um acontecimento humano que vale tanto ou mais do que os estritos valores literários e espèculativos.»

ÁLVARO SALEMA

in «Diário de Lisboa»,
4 - Maio - 1961

c u l t u r a 7
e a c ç ã o

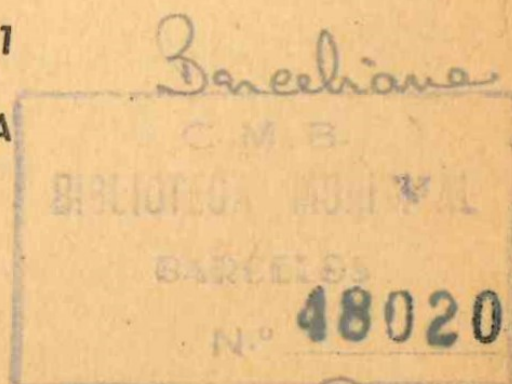
V I C T O R D E S Á

*Manuel de Sá
Zamora 1961*

HISTÓRIA E ACTUALIDADE

1 9 6 1

B R A G A



05084

DO AUTOR

A MOCIDADE DE ANTERO — Ensaio biográfico e comemorativo, com prefácio do Dr. Agostinho da Silva — 1942. (Esgotado).

AS PROSAS DE ANTERO DE QUENTAL — Antologia — 1942. (Esgotado).

BIBLIOGRAFIA QUEIROSIANA — Ensaio bibliográfico com uma «Panorâmica do Livro em Portugal» — 1945. (Esgotado).

Amoriniana

AMORIM VIANA — Ensaio bio-bibliográfico, com nota prefacial do Prof. Doutor Vieira de Almeida — 1960.

AMORIM VIANA E PROUDHON — Ensaio económico-social — 1960. (Prémio Francisco A. Correia, da Câmara Municipal de Sá da Bandeira, 1960).

Colecção «Cultura e Acção»

1. O QUE FOI A BIBLIOTECA MÓVEL — 1954. (Esgotado).
2. O QUE É A UNESCO — 1955. (Esgotado).
3. AS BIBLIOTECAS, O PÚBLICO E A CULTURA — Um inquérito necessário — 1956. (Esgotado).
4. PROBLEMAS DA MENTALIDADE — 1.^a e 2.^a edições em 1957.
5. SOCIEDADE E CULTURA — 1958.
6. CULTURA E DEMOCRACIA — 1.^a e 2.^a edições em 1961.
7. HISTÓRIA E ACTUALIDADE — 1961.

Depositária: LIVRARIA VICTOR

B R A G A

A MINHA MULHER

E

AOS MEUS IRMÃOS

*Pela dedicação com que sempre me têm acompanhado,
quer nas marés vivas como nas rasantes da vida.*

...tudo o que fica para trás
serve, apenas, de ponto de partida
e nada mais!

.....

Em frente!... O que não é
mas que vai ser
por nossas mãos!
Olhos, olhai em frente!

ÁLVARO FEIJÓ

História é a ciência do passado, que nos dá a compreensão do presente e nos orienta a direcção do futuro.

A história é uma tomada de consciência do homem, considerado colectivamente. Ela surgiu das suas inquietações e ansiedades, da perplexidade perante os grandes acontecimentos, dos conflitos de interesses, como dos conflitos morais, ideológicos e de concepções na orientação da vida: que loucura é esta dos homens que se aniquilam como feras?!...dos impérios que se derrubam?!... dos inventos mágicos que põem coisas a fazer trabalhos que eram de escravos?!...

Desde o Velho do Restelo, ao esconjurar as expedições marítimas que a pesar de tudo «deram novos mundos ao mundo», até ao Prof. Varela Cid, que afirmou publicamente não acreditar nos

sputniks — quanta perplexidade ansiosa, quanta angústia perante o desmoronar de velhos quadros sociais, quanta esperança e fé juvenil na criação de novas estruturas mais conformes com o progresso da ciência e do sentimento colectivo da solidariedade humana?

A história alimenta-se dessas inquietações. Por isso os homens debruçam-se mais sobre ela nos períodos de crise, e refazem-na sofregamente em busca de coordenadas que se ajustem ao tempo presente.

O objecto da história é a descrição do passado social, dos acontecimentos colectivos que o tempo sepultou no pretérito. Mas o motor que move essa curiosidade consiste nos sobressaltos do presente, nas angústias ou mesmo nas esperanças quanto ao futuro.

É por isso que não há uma história, mas muitas histórias. Os factos do passado são únicos, inalteráveis e irreversíveis. A história, como ciência, tem uma metódica rigorosa para evitar a deturpação dos factos, dos seus dados de conhecimento, que são positivos como os das outras ciências, e cuja comprovação experimental assenta na existência de documentos, sejam eles escritos, sumptuários ou arqueológicos. Há toda uma técnica heurística e hermenêutica ao serviço dessa objectividade da história, para evitar que o passado seja inventado ou deturpado em conformidade com os interesses apoloéticos do presente, como sucedeu no período pré-científico da história (entre nós, antes de Herculano), e como sucede em todos os períodos que se caracterizam pela dissolução mística do pensamento (épocas sociais de negação e oposição ao espírito científico).

Não há a pesar disso uma história, mas muitas histórias, porque, mantendo-se embora inalteráveis os factos, estes são vistos de ângulos diferentes conforme a posição do historiador, isto é, conforme a época em que vive (paz, guerra, prosperidade, decadência, etc.), os meios técnicos de que dispõe (imprensa, bibliotecas, arquivos, institutos científicos, organização geral da cultura, etc.), e ainda conforme as problemáticas (sociais, económicas, tecnológicas, mitológicas, etc.) que dominam a vida mental do agregado social a que o historiador pertence.

Assim, e exemplificando, nos tempos medievais as mentalidades eram estranhas ao espírito científico: as curiosidades históricas satisfaziam-se com as informações bíblicas; e, se existiam cronistas, estes eram funcionários cortesãos a quem competia tecer panegíricos aos soberanos

e seus antepassados, que para isso os mantinham e sustentavam. O escripta não pode deixar de curvar-se à vaidade apologética do seu senhor.

Feri Bernardo de Brito e os historiôgrafos alcobacenses teceram as mais escandalosas lendas sobre a história portuguesa, e nem por isso deixaram de ser por muito tempo considerados famosos historiadores. É que viveram num período de crise de nacionalidade, para cuja solução pretenderam contribuir, fornecendo argumentos «históricos» ao movimento de libertação contra a dominação filipina. Não tiveram pejo de forjar as mais descaradas fraudes—como cientificamente foram mais tarde consideradas—para ilustrar as suas teses de exaltação nacionalista, porque a época portuguesa era então de dissolução mística do pensamento: o subjectivo sobrepunha-se ao objectivo.

Com Alexandre Herculano deu-se uma volta no sentido da cientificação da história: o objectivo sobrepôs-se ao subjectivo, e a sua formação racionalista impôs austeridade crítica ao pensamento. Ao lançar-se à elaboração de uma História de Portugal, foi no entanto movido por uma necessidade política dos ideais que abraçara: dotar com um fundamento histórico a causa liberal que arrebatou todas as suas energias. Por isso ele foi descobrir na organização municipal os pergaminhos convenientes para ilustrar e dignificar a nova classe triunfante, a burguesia, até então exonerada da dignidade cívica.

E João Ameal retoma a posição dos cronistas da corte, porque essa é a que mais convém à apologia do seu monarquismo anacrónico, e integra-se perfeitamente na corrente mística do pensamento actual, de feição declaradamente anti-racionalista.

Essas diferenças nas posições dos historiadores estabelece correlativas diferenças na visão e interpretação dos factos históricos, embora estes sejam inalteráveis, irreversíveis, únicos no tempo e no espaço. É como a mesma paisagem vista de diferentes miradouros, ou como um mesmo cenário iluminado por diferentes jogos de luz. Tornam-se mais evidentes ou obscurecem-se certos factos; assemelham-se mais e identificam-se outros, ou distanciam-se e desconexam-se, conforme o ângulo em que nos colocamos e a intensidade de luz que fazemos incidir.

É por isso que a história é um constante refazer.

Que interessava aos cortesãos a vida dos municípios, que geralmente lhes eram antagónicos? A história era então manipulada segundo os

sucessos e peripécias decorrentes nas cortes, a consagração do prestígio, ou até a justificação dos insucessos dos soberanos, ainda que lançando mão de subterfúgios metafísicos absolutamente estranhos às razões históricas. Os grandes vultos desse tipo de história eram apenas os reis e os senhores que a sua magnanimidade consagrava — os seus fidalgos. Tudo o mais era paisagem, era a massa amorfa dos súbditos. Os historiadores da corte não viam, não tinham olhos para ver toda a complexidade dos acontecimentos e dos fenómenos sociais que se processavam para lá desse acanhado palco da sua miragem. Faltavam-lhes diopterias para enxergar mais longe.

Foi preciso que outros historiadores, dispondo de lentes mais aperfeiçoadas, descobrissem que a história se desenvolvia num campo muito mais vasto, que tinha a impulsióná-la muitas e variadas

forças que não se enxergavam a olho nu. Olhos mais penetrantes revolveram então os arquivos, novas luzes se acenderam a iluminá-los, outras fontes se descobriram, e então conheceram-se novas séries de factos e de sucessos que até aí se tinham mantido no negrume do caótico, e vinham agora produzir um novo arranjo, uma nova seriação, o estabelecimento de nexos mais exactos entre os factos, suas causas e consequências.

Além de que há factos passados, cuja compreensão só se atinge em presença de certas semelhanças de situações presentes. A matança de S. Barthélemy em França, ou a perseguição aos judeus portugueses no tempo de D. Manuel afiguram-se à primeira vista como acontecimentos exóticos, episódios dramáticos sem dúvida, mas enfim episódios desintegrados da nossa sensibilidade actual. Compreendemo-los, porém, e senti-

mos toda a dramaticidade desses factos quando, por exemplo, o julgamento de um Eichmann desperta em nós a corda da solidariedade humana e sentimos palpitar a revolta contra os morticínios em massa, seja o pretexto de natureza racial, confessional ou colonial.

É da visão dos factos contemporâneos, pois, que nós subimos até à compreensão dos factos pretéritos.

Esta diferente valorização do passado, que é em si inalterável, constitui um fenómeno idêntico ao da valorização das riquezas naturais. O urânio, por exemplo, há muito que existia em certos subsolos; porém, a sua prospecção intensiva só passou a interessar desde que a ciência alcançou a desintegração do átomo. O que hoje é uma riqueza àvidamente procurada, já existia há sécu-

los, mas existia quase desprezada, pois que era uma matéria prima de pouca aplicação industrial. Foi preciso que novas técnicas se criassem para que a prospecção passasse a interessar aos grandes empórios económicos ou potências políticas. Assim com os arquivos da história: é em face de novas concepções da vida e de novos conceitos da ciência que se valorizam certos dados do passado social.

A visão do passado alarga-se na medida em que as concepções do presente se dilatam. O alargamento da concepção da vida social contemporânea conduz a uma busca mais lata da vida social pretérita. A concepção cada vez mais científica da actividade humana sugere a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre a complexidade da actividade humana no passado.

Há, portanto, uma certa conjuntura da actualidade a determinar um certo tipo de visão do passado. O passado não vale por si, mas pelo que responde às inquietações do presente.

É por isso que a «história pura» é um mito. É um mito que desenraíza a história do húmus que a alimenta, a compreensão social, isola-a do complexo de actividade humana que a movimenta, redu-la a uma concepção de formas estáticas, que são a própria negação do devir social que caracteriza a marcha da história.

Os mitólogos da «história pura» não passam de defensores de conceitos ultrapassados da existência social ou de ideais regressivos. Refugiam-se numa falsa «pureza» para iludir ou negar mesmo as contradições do seu tempo...

Por outro lado, o historiador que se fecha nos arquivos, de olhos cerrados para a realidade contemporânea que o cerca, é um falso historiador. Ele não faz história, mistifica-a.

Não faz história, porque não sabe interpretar os documentos que certificam os factos passados: toma-os num sentido absoluto, quando eles possuem apenas uma função relativa—testemunham. Um esqueleto humano não nos dá a realidade do homem: testemunha apenas a sua existência passada. Todo o drama da sua existência, as suas paixões, o seu sonhar, enfim toda a vivência psicológica que o animou, isso só pode ser descoberto e compreendido através da psicologia comparada, ou através do conhecimento directo dos dramas, das paixões e dos sonhos dos homens vivos, em diferentes escalas sociais e idades mentais. É um trabalho de psicologia comparada. A ciência dos

mais profundos estratos de vestígios humanos no passado longínquo, a arqueologia, é validada pela ciência mais viva, mais actual, mais momentosa do homem, que é a psicologia.

É falso, portanto, o historiador que diz isolar-se nas suas torres de tombo para se penetrar bem das poeiras do passado. Esse vê um passado estático nos seus fragmentos esqueléticos, e não atinge a compreensão dialética das suas problemáticas, das forças subjacentes que são o motor da vida social.

Não quer isto desdenhar, bem entendido, da necessidade de uma especialização do historiador, carecido do seu ambiente arquivístico, como o físico e o químico carecem do seu ambiente laboratorial. Mas não basta possuir uma técnica de investigação, é necessário estar bem mergulhado

nas realidades sociais do presente para atingir validade a sua compreensão do passado.

É preciso ser cidadão no mundo da actualidade, para ser juiz e mestre na compreensão do mundo de ontem. A alienação da cidadania implica a desautorização do historiógrafo.

É por isso que a história é uma verdadeira síntese da cultura. É o mais desenvolvido grau da consciência colectiva, abrange a totalidade da experiência humana nos seus múltiplos aspectos.

É o conhecimento dessa experiência, é a sua integração na nossa conduta colectiva, que elevam o homem contemporâneo ao grau mais esclarecido da sua consciência cívica; que impulsiona a ascensão do homem, através do trabalho, da experiência

e da razão, superando genialmente as suas limitações físicas; que, enfim, faz do homem, «esse bicho da terra tão pequeno», no dizer expressivo de Camões, o denodado conquistador de mundos e planetas.

ECONOMIA E HISTÓRIA

O factor económico tem na sociedade a mesma importância básica que a natureza dos terrenos determina na paisagem de uma região: é condicionante. Não há paisagens verdejantes em terrenos sílicos, nem o aroma dos eucaliptos perfuma as regiões secas e enxutas. Assim a história: se em grande parte é a vontade colectiva dos homens que a determina, essa vontade está condicionada pelas relações de produção e consumo que vigoram, e de tal maneira, que é a transformação dessas relações que caracteriza a evolução dos ciclos históricos.

Toda a organização social assenta na maneira como os homens produzem e distribuem os produtos do trabalho. O moinho de vento dá-nos uma sociedade com senhores feudais, assim como o moinho a vapor ou eléctrico nos dá uma sociedade de industriais capitalistas.

É considerando a orgânica económica e a estrutura da sociedade que se torna possível explicar a história política e cultural de uma época ou ciclo histórico. A forma de produção da vida material determina nas suas linhas gerais os processos sociais, políticos e intelectuais. Não foi o Código de Napoleão que engendrou a sociedade civil. Esta sociedade, que surgiu no século XVIII e se desenvolveu no seguinte, encontra no Código unicamente a sua expressão legal.

A ideia de interpretação económica da história é relativamente moderna. Tem pouco mais de um século. Mas de tal forma ela corresponde a um imperativo científico da história, isto é, de alcançar uma explicação integral dos factos históricos a partir da sua causalidade básica, que rapidamente se radicou no espírito dos historiadores a necessidade de refundir toda a história à luz desse factor.

O conde de Saint-Simon, da Revolução Francesa, foi um dos mais próximos precursores da ideia, ao chamar a atenção dos historiadores para a interpretação económica, quando escreveu que «a lei que regula os poderes públicos e a forma de governo não é importante, nem exerce tanta influência sobre a felicidade das nações como aquela que estabelece a propriedade e regula o seu exercício.»

Desde meados do século passado a importância dessa interpretação foi filosófica e cientificamente

teorizada, (*Crítica da Economia Política*, 1859) e respondeu tanto a uma necessidade de alargamento da visão histórica, que a historiografia tem acentuado em ritmo crescente o cunho económico das grandes transformações políticas e sociais. Como dizia Saint-Simon, «não há nunca mudanças do regime social sem uma mudança no regime da propriedade.»

Os prejuízos idealistas da nossa mentalidade metafísica tem-nos feito resistir a esta exigência científica da história. E para justificar a relutância, assevera-se frequentemente que explicar a actividade humana só pela atracção do «interesse» é uma forma grosseira de materialismo. Mas a argumentação não é pertinente, porque, antes de tudo, deturpa o sentido da interpretação científica.

O factor económico é básico, é determinante, mas de modo algum é o móbil exclusivo da actividade humana. Além da necessidade de produção e distribuição de riquezas, há as necessidades psíquicas, intelectuais, os sentimentos, os afectos, as volições, enfim, todos esses finos produtos do espírito humano, que são uma realidade objectiva, mas que os nossos filósofos espiritualistas exploram no sentido dos seus devaneios metafísicos.

Essa realidade não a nega a concepção científica da história que advoga a necessidade básica de uma interpretação económica. A questão reside na hierarquização das categorias históricas: para os espiri-

tualistas a história explica-se pelas qualidades subjectivas dos homens, pelas suas vontades, fé religiosa, capacidades exclusivamente intelectuais, etc.; enquanto que na interpretação científica da história, as categorias de crença, de ideologia, de vontade individual, etc., estão pré-condicionadas pelo factor básico das formas de relação de trabalho, produção e consumo.

Na interpretação materialista, a explicação histórica assenta, em primeiro lugar, nas formas que revestem as forças produtivas; depois, nas relações económicas condicionadas por essas forças. É sobre essas infra-estruturas que repousa o regime político e social. As super-estruturas vêm a seguir: a psicologia do homem em sociedade resulta, em parte, das condições económicas, e, noutra parte, do regime político e social erigido sobre a base económica; finalmente, é que se criam as diversas formas ideológicas como reflexo daquela psicologia.

É neste quadro que se movem e manifestam (ou não podem manifestar-se) as qualidades individuais e se afirmam as suas vontades, as suas crenças, as suas ideias, etc. Não há, portanto, nenhum grosseiro materialismo a determinar a interpretação económica da história. O que há é uma visão integral que abrange as infra e as super-estruturas da vida social: as condicionantes subjacentes e as manifestações superiores do espírito humano.

Engels, um dos teorizadores da interpretação materialista da história, explica, a esse respeito, nas suas cartas escritas entre 1890 e 1894: «Marx e eu somos em parte responsáveis de que às vezes os nossos discípulos tenham dado mais peso ao factor económico do que realmente lhe corresponde. Nós vimo-nos obrigados a pôr nele uma grande solenidade, na polémica com os nossos adversários que o negavam; e nem sempre tivemos tempo, lugar ou oportunidade para fazer justiça a outros factores que intervêm nas acções e reacções recíprocas do processo histórico». «De acordo com a interpretação materialista da história, a produção e reprodução da vida material constitui, em última instância, o factor determinante na história. Nem Marx nem eu mantivemos jamais outra coisa. Quando alguém vem e retorce isto, para fazê-lo significar que o factor económico é o único, está convertendo a nossa anterior proposição numa frase abstracta, absurda e carecida em absoluto de sentido.»

A circunstância de os teorizadores desta aportação do factor económico à explicação histórica serem simultaneamente dois reformadores político-sociais, mentores de uma ideologia revolucionária, produz também resistência, nos espíritos místicos, à aceitação do primado económico.

Mas essa atitude mental nada tem que ver com a historiografia científica: ela resulta meramente de um preconceito ideológico. É um preconceito ideológico

e não um motivo racional que determina essa repulsa anti-científica na aceitação do factor económico como explicativo das grandes transformações históricas.

Que assim é, confirmam-no notáveis historiadores modernos que, sendo ideològicamente anti-marxistas, adoptam na explicação dos factos históricos o princípio económico ou materialista. Em parte alguma se escreve hoje história científica sem adopção da explicação económica. E isso a despeito da rejeição *in limine* do marxismo como ideologia político-social por parte de muitos historiadores, que, em tudo o mais, adoptam a teoria do materialismo dialéctico como método científico universalmente consagrado.

O caso mais flagrante é talvez o dos Pirènnès. Nem o pai (Henri) nem o filho (Jacques) são sequer aparentados com a ideologia social e política de Marx; pelo contrário, a sua tendência é toda direitista e conservadora: são católicos e monárquicos. Pois, em história, eles que são historiadores de reconhecida fama mundial, adoptam o materialismo histórico da forma mais inequívoca, isto é, não teorizando-o, mas praticando-o. Jacques Pirènnè, por exemplo, dá-nos uma explicação do fenómeno da eclosão do cristianismo no seio do império romano tão iluminada pela teoria do materialismo histórico, que ficamos perplexos sem saber harmonizar essa explicação com a aceitação dos dogmas e explicações místicas fornecidas pela Bíblia, adoptadas pelo autor nas suas crenças.

Quanto a Henri Pirènne, esse revolveu-nos toda a perspectiva da alta Idade Média, iluminando-nos à luz da base económica e do sistema de relações sociais a longa e confusa noite que até há pouco era considerada a época medieval pelos românticos do fim do século. Ao mesmo tempo que, muito dialècticamente, nos mostra como os delineamentos da sociedade moderna se encontravam já em germe nas contradições do regime feudal. E tão precisos e científicos resultam deste modo os seus estudos que até os professores de mais arreigadas convicções espiritualistas, por exemplo, os professores de história das nossas Faculdades de Letras, adoptam e introduzem entre nós a explicação dialecto-materialista da Idade Média, via Pirènne, ideològicamente puro e insuspeito.

Na historiografia nacional possuímos também um curioso exemplo da adopção do conceito materialista da história: é J. Lúcio de Azevedo, autor das *Épocas de Portugal Económico*, obra publicada em 1929.

No seu trabalho, a história portuguesa não nos aparece como realização mágica de uns tantos personagens reais a agir caprichosamente segundo os seus devaneios, nem como resultado apenas do esforço diligente de varões austeros no seu proceder individualista. Lúcio Azevedo, de mentalidade burguesa e nada aparentada com o socialismo científico, vai ao subsolo da sociedade portuguesa descobrir a sua infra-estrutura

económica, e é dentro desses quadros determinantes que coloca os acontecimentos políticos a desenrolar-se condicionados por aquele factor.

É assim que a história portuguesa, em vez de nos aparecer caprichosamente dividida em dinastias reais, divisão artificial que de modo algum corresponde, ainda que por vezes coincida, com o processo histórico da nação portuguesa, surge-nos em Lúcio de Azevedo apresentada em diferentes ciclos económicos. Estes são os correspondentes aos capítulos gerais em que divide a sua obra: a monarquia agrária; a jornada imperialista na África; a Índia e o ciclo da pimenta; o primeiro ciclo de ouro; o império do açúcar; a idade de ouro e diamantes; e o signo de Methuen. Esta concepção realística da nossa história dá-nos a verdadeira medida dos caricatos aspectos de que se reveste a exposição entre nós tradicional, de feição mística e individualista, que faz da nossa história uma sucessão de heroicidades e fonte inesgotável de exemplificações morais.

Este «esboço de história», como Lúcio de Azevedo modestamente classifica o seu trabalho, se não está de todo isento de algumas das suas reminiscências, expurga pelo menos no fundamental os prejuízos idealistas que criam o clima propício à visão mitológica da história, à dissolução mística do pensamento.

O idealismo na história é um dissolvente da experiência social colectiva. O passado deixa de ser uma

realidade objectiva, cujas transformações se explicam por causas determinantes e circunstâncias condicionantes. Ao contrário, o passado passa a ser um «milagre», cujas causas são transcendentais ao homem e em que os indivíduos desempenham funções predestinadas.

Ora, o passado que não se explica pelas causas naturais inerentes ao próprio devir histórico, é uma desvirtuação da história, assim como a alquimia é uma desvirtuação da química. Num e noutro caso falece a análise científica e fica o campo aberto à interferência de causas místicas: os fetichismos, as superstições, os chauvinismos, etc.

Essa busca das causas naturais inerentes ao próprio devir da história exige do historiador mais que simples talentos de investigação e habilidade expositiva. Impõe-lhe uma sólida formação sociológica, bem como o conhecimento seguro das leis económicas e da própria história da Economia. Só dessa maneira estará habilitado a fazer uma correcta integração de todos os factores que determinam os acontecimentos, estabelecendo nexos adequados entre causas e efeitos.

É a falta desses conhecimentos complementares da história que sujeita os nossos historiadores ecléticos e idealistas do princípio do século à situação embaraçosa de ter que recorrer à explicação capciosa de «causas próximas» e «causas remotas», que é já um aperceber-se de que os factos não sucedem por geração espon-

tânea, mas uma forma rudimentar ainda e grosseira de expressar o que só uma análise cientificamente organizada nos pode dar: as complexas razões dos jogos de interesses que subjazem no terreno da história, determinando-lhe a sua marcha. Sendo assim, não se compreende que o ensino superior desta disciplina científica — a história — se mantenha divorciado do estudo da economia.

Se há relações económicas a determinar a evolução dos acontecimentos históricos e sociais, essas relações económicas estão sujeitas a leis e a toda uma problemática própria, que faz da economia política outro ramo científico. A falta de conhecimentos económicos incapacita o historiador, ou até o simples estudioso ou professor de história, de compreender ou tornar compreensíveis certos factos e fenómenos.

Os cursos universitários de história deveriam compreender determinadas matérias da economia política, nomeadamente da evolução das ideias económicas, que tantas vezes presidiram a certas orientações políticas dos estados. Esse estudo é mais necessário e proveitoso que o da arqueologia, ou das técnicas auxiliares como a epigrafia, a esfragística, a paliografia, etc.. A numismática não basta para ilustrar um licenciado em história nas leis da economia política.

Não é talvez por acaso que, em vez da economia, os nossos cursos de história são impregnados pelo

estudo de certas matérias filosóficas. É que por elas se infiltra o corrosivo idealista da metafísica, que, longe de enriquecer, vai roubar na formação do historiador as qualidades científicas essenciais, que são a objectividade e o discernimento dos factos positivos.

Sem a formação económica, os nossos historiadores por licenciatura resvalam insensivelmente na caricatura da história, e desvirtuam com explicações artificiais, com hipóteses insensatas, o que não podem, porque não sabem, explicar cientificamente pela economia.

É assim que se tornam possíveis as mistificações da história.

A FUNÇÃO SOCIAL DA MORTE

na crítica de Teófilo ao Liberalismo

Como se sabe, Teófilo Braga foi, nos fins do século passado, o grande intérprete e introdutor em Portugal das ideias positivistas de Augusto Comte. Anti-metafísico, Comte aplicou à vida social o seu método de análise, e esse foi sem dúvida o maior mérito da sua obra, sistematizando pela primeira vez a nova disciplina científica que passou a ser a Sociologia.

Teófilo Braga foi assim conduzido, pela influência comtiana, à análise sociológica dos problemas políticos portugueses do seu tempo.

Ora Comte tinha relacionado já (na primeira metade do século XIX) a média de duração da vida humana individual com o progresso das sociedades, e estabelecera este princípio geral: todas as vezes que uma individualidade impulsora, quer no campo cientí-

fico, literário ou económico, sobrevive por qualquer circunstância mais tempo do que aquele limite médio da vida, em vez de ser um agente de progresso, estaciona, e pode influir, pela sua acção directa, no atraso de uma sociedade, ou seja, retardar o advento das ideias e das instituições.

Era isso que dizia também o nosso Ramalho Ortigão (1) ao escrever que «todo o homem que chega à superioridade indiscutida e por assim dizer canonizada nós combatemo-lo como um inimigo, porque o consideramos um obstáculo (...) perde a força da contemporaneidade, pertence pelas suas ideias a uma geração pretérita, e mantém no entanto ao abrigo do seu nome ilustre e vivo antigos erros que a glória sustenta, a despeito da crítica, da lógica e da verdade.»

Estas ideias estiveram em voga no século passado, e exprimiram-na os mais lúcidos espíritos de formação científica. O grande fisiologista inglês Maudsley occupou-se desse tema no seu livro sobre a *Filosofia do Espírito*, em que fundamentou a concepção comtiana, chegando a fazer a afirmação categórica de que «felizmente a mortalidade do homem assegura o triunfo da verdade.» Tal era a convicção de que a longevidade, pelo contrário, conduz geralmente a fórmulas dogmáticas e rígidas, que não alentam o espírito inquiridor nem as inovações fecundas.

(1) Ver adiante: «Ramalho e a dialéctica das gerações».

Teófilo Braga serviu-se destes conceitos para explicar a «causa natural» da situação política do seu tempo. Teófilo inquiriu sobre as razões da estagnação política do liberalismo, quando este perdeu o seu *élan* inovador e se quedou num imobilismo pútrido, que teve como expressão política o rotativismo dos partidos monárquicos, e como expressão económica a criação dos grandes monopólios modernos, desde o das obras públicas ao dos tabacos. Além das causas políticas e ideológicas, Teófilo aponta as «causas naturais». E então, na sua análise inserta em páginas brilhantes das *Soluções Positivas da Política Portuguesa*, observa lúcidamente:

«As individualidades políticas que cooperaram com D. Pedro IV para a implantação do regime constitucional foram revolucionárias e progressivas no seu primeiro passo; embora houvessem reconhecido a soberania como oriunda da graça de Deus, e derramando o sangue pela liberdade no cerco do Porto de 1832 para restabelecerem um favor régio de 1826, ainda assim merecem respeito e acatamento histórico, porque uns, como Mousinho da Silveira, proclamaram a emancipação da terra e do trabalho extinguindo os forais e os dízimos, outros como Joaquim António de Aguiar deram o maior passo para a secularização da sociedade civil extinguindo as ordens monacais. Foram estas as únicas medidas de transformação social que esses homens puzeram em obra; tudo o mais se limitou a capciosos expedientes partidários.»

Nesta passagem, Teófilo considerou dialécticamente cada uma das personagens referidas, sabendo distinguir o que nelas houve de progressivo do que havia de conservador; aquilo em que contribuíram para a renovação social daquilo que constituiu peso morto de conservação das iniquidades existentes.

Já aqui Teófilo nos ensina a considerar o todo não como um absoluto homogéneo, mas como um composto de partes antagónicas, que se processam numa luta de contrários. É um método correcto de apreciação, de que infelizmente nos desabituámos, e pelo que decaímos a fazer absurdas e monolíticas apreciações: tomamos cada um como um todo absoluto, que ora consideramos bom e óptimo, ou mau e péssimo, sem analisarmos aquilo em que se é bom e aquilo em que se é mau. É dessa incapacidade de análise que resulta possível o endeusamento de uns e a renegação de outros, sem repararmos que nem há bons nem maus absolutos. Daí os tão injustos juízos que tão frequentemente fazemos, levados pelo ardor irracionalista das exegeses divinatórias e das condenações sem apelo.

É depois de distinguir esses dois aspectos antitéticos contidos na mesma personalidade, que Teófilo vai radicar o problema da longevidade relacionado com o processo de renovação social: «Para nossa desgraça, os homens políticos do cerco do Porto, que restauraram em 1834 a carta de 1826, tiveram a ventura pessoal de viverem muito tempo, de atingirem uma veneranda

longevidade; esses homens, revolucionários no seu princípio, acharam-se insensivelmente reaccionários, timoratos, ordeirões, conservadores, improgressivos; como possuíam um grande prestígio, como monopolizavam entre si o exercício da autoridade executiva, nada fizeram nem deixaram fazer, e exerceram uma acção repressiva de estacionamento.»

E exemplifica: «O duque de Palmela, que morreu em 1850, já era importante pela sua influência pessoal em 1822 para desviar a aspiração republicana para uma carta constitucional, e para em 1824 evitar que a Constituição abolida por D. João IV em 1823 fosse substituída por essa outra que só veio a aparecer em 1826. Este político, partidário exclusivo das prerrogativas da aristocracia, foi um dos que mais desorientou a nossa marcha política. A este seguem-se bastantes outros duques, feitos pelo favor real segundo as suas adesões à causa dinástica e não à nação; o duque da Terceira, cuja capacidade militar consistia em operar segundo o impulso de José Jorge Loureiro, achou-se muitíssimas vezes senhor da situação política deste país, mas não tinha ideias e por isso nada fez. — A sua larga vida foi uma força de conservação inconsciente exercida além do legítimo momento histórico. Ao duque da Terceira seguem-se outros dois duques, o de Saldanha e o de Loulé. chefes de partido pessoal, em conflitos de vaidade ou de interesses, um estribando-se na sua popularidade nas casernas, outro impondo-se pelo seu parentesco no paço, ambos separados da nação pelo seu

ênfatuamento heráldico, e alheios ao seu tempo pela ignorância de quem se achou no conflito vital fortalecido pelo poder abusivo dos privilégios.»

Caracterizando em cada um a sua acusação individual, engloba-os a todos conjuntamente numa só acusação, que sintetiza em poucas palavras: «Viveram muito tempo, e nisto se resume as suas biografias.»

Desta longevidade resultou que, devido aos seus antigos serviços e notoriedade, ocuparam lugares oficiais que, além de honoríficos, eram vitais na orgânica do Estado. O que levou Teófilo a concluir, certamente com pesar, mas sem sentimentalismos piegas: «O maior benefício que a sociedade portuguesa pode receber destes tipos inconscientes que pela extrema longevidade a imobilizaram, é a eliminação espontânea e diremos quase providencial das suas pessoas.»

Aqui está como Teófilo Braga aplicou ao caso político português do seu tempo a relação com-tiana entre a média da longevidade individual e o progresso social.

Embora só teorizada no século passado, porém, essa constatação empírica está largamente assinalada pelos povos de todas as latitudes e graus de civilização. Os etnógrafos atestam-nos que ainda há pouco tempo certos povos do Vale meridional do Nilo costuma-

vam matar o seu chefe quando este tinha a desdita de chegar a velho, não deixando que os paroxismos da senilidade estorvassem a clara visão das perspectivas colectivas. Tal costume — garantem, por outro lado, os arqueólogos — usara-se também no Egipto pré-histórico, há muitos milhares de anos.

O barbarismo da morte foi substituído já nos tempos históricos, isto é, depois de inventada a escrita, pelo rito de uma nova coroação. Acreditavam os egípcios, levados pela influência de interesses de sacerdotes sagazes, que tal coroação infundia renovado vigor ao faraó. Era como se outro rei começasse a reinar. Os próprios anos do governo dos monarcas nestas condições começavam a contar-se a partir da segunda coroação, tal era já nesse tempo o horror à longevidade faraónica.

É por isso que a dialéctica das gerações desempenha uma função vital para a continuidade das pátrias e renovação dos povos. Por cada nova geração aporta à vida colectiva dos agregados um novo ímpeto de vida, de progresso técnico, de actualização mental e de novas e fecundas problematizações. E cada geração só é válida se não atraiçoa o seu tempo, se se integra nas coordenadas da sua época.

É assim que as nações, ao contrário dos indivíduos, não envelhecem nem morrem por meros factores de duração temporal. Os séculos passam sobre elas, e

elas perduram através do ímpeto renovador, ainda que irreverente, das suas juventudes, da actualização dos seus meios de trabalho e das suas instituições. As nações só morrem quando o corpo social se atoniza, quando a sua vida de relações se deixa atacar de esclerose.

Por isso a morte desempenha uma importante função de profilaxia social, que é a renovação dos quadros e actualização dos sistemas.

Foi o que Teófilo Braga viu lúcidamente ao analisar as «causas naturais» da situação política do seu tempo. Embora haja a observar que, quando uma sociedade se abandona à espera de soluções «naturais» para o processar necessário da sua renovação, isso sintomize um estado de gravidade nas estruturas do seu organismo. Uma sociedade humana deve ser um organismo racional, em que os homens possam prever e orientar o seu destino, e não serem meros joguetes das «causas naturais». É como a fruta das árvores: deve colher-se por deliberação consciente, e não esperar que caia de podre. Isso é a negação da capacidade e inteligência humanas.

O SEBASTIANISMO OU O MESSIANISMO LUSITANO

Não é desprovido de interesse o tema sebastiânico. Pelo contrário, reveste-se de alta importância psico-sociológica e pode dar uma contribuição muito útil para a compreensão daquilo que os retóricos chamam a alma nacional e mais não é que o modo peculiar de comportamento ou processo reactivo dum agregado, neste caso o povo português, em determinadas épocas, que são de decadência colectiva.

O messianismo é a crença num salvador. Jesus Cristo foi o Messias do povo judaico, quando a sua pátria estava sujeita ao domínio romano. Em Portugal, o messianismo alcançou uma expressão nacional — o Sebastianismo — tão intensa foi esta crença entre nós em determinados períodos da nossa história, persistindo durante cerca de três séculos; em cada crise da nacionalidade se tem revigorado esta crença, e em certas circunstâncias tem mesmo constituído manifestação e alimento do patriotismo.

No fenómeno sebastiânico há dois aspectos a considerar: a esperança, por um lado, na vinda de um rei predestinado, e por outro, a realização dos anseios que inquietam a consciência colectiva.

Estes existiam já antes de aparecer o predestinado, antes ainda de D. Sebastião se obstinar na louca expedição a Alcáçar-Kibir, e foi seu primeiro intérprete Gonçalo Anes, o Bandarra, sapateiro de Trancoso, homem que lia e escrevia, o que era excepcional para a época, e que sabia de cor muito da Bíblia, pelo que era considerado como uma espécie de rabi para os judeus encobertos da sua região — e sabe-se como a Beira era abundante em gente hebraica. As suas *Trovas* constituíram, mais tarde, uma espécie de evangelho do sebastianismo, cujas coplas se divulgaram sempre, apesar das proibições e perseguições que muitas vezes provocavam.

Este fenómeno messiânico, alimentado pela tradição e crença judaicas, foi também absorvido pelo espírito ingénuo dos cristãos, nessa época nutrido pelo maravilhoso da Idade-Média, em que a magia, a alquimia e a astrologia eram aceites como ciências, e em que as leis naturais como que não existiam, submetidas à crença, ao feitiço e ao milagre.

Não admira, por isso, que, apesar de tantas vezes proibidas, as *Trovas* nunca tenham sido livro raro; e quando os seus versos não chegavam para dar uma

justificação cabal dos acontecimentos que iam sucedendo, adicionavam-se-lhe novas coplas ou modificavam-se as já existentes. A ausência do espírito científico, objetivo, permite estas liberdades de interpretação alegórica.

O Encoberto, que mais tarde seria personificado na memória póstuma de D. Sebastião, foi ao tempo importado da vizinha Castela, onde, cerca de 1520, também começaram a divulgar-se numerosos textos de profecias, encarnando em 1532 num judeu que capitaneou os sublevados de Valência, caudilho a quem não chamavam senão o Encoberto (espécie de pseudónimo a esconder a verdadeira identidade).

Foi já sob plena dominação filipina que surgiu o grande apóstolo do sebastianismo, D. João de Castro, que estabeleceu a crença de que o Encoberto haveria de ser D. Sebastião e ainda imperador do mundo, pelo que estaria vivo como muitos acreditavam e andaria a peregrinar por terras longínquas. Em Paris redigiu o apóstolo vários escritos em defesa da sua tese: *Discurso dirigido aos três estados do Reino*, uma *Paráfrase* ao Bandarra e a *Remonstrança* dirigida ao Conselho Privado de Henrique IV. Como a fé tende para a personificação, chegou mesmo a aparecer um D. Sebastião vindo de Veneza, que teve a desdita de ser tragado pelo ergástulo.

Quando a morte calara a voz de D. João de Castro e extinguiu o messias veneziano, outra voz logo se

ergueu, a assegurar que D. Sebastião não perecera na batalha de Alcácer-Kibir, mas com uma interpretação diversa: *Rei temos nele* — não porém em pessoa, mas no sangue da sua raça, e os prognósticos haveriam de se cumprir em 1653, cem anos após o nascimento do rei imprevidente — rei a quem chamam Encoberto, não porque o seja, senão porque há-de revelar-se com maior grandeza.

Era esta a nova interpretação, defendida agora pelo astrólogo e famoso matemático Manuel Bocarro Francês, também alquimista e médico. Diz ter descoberto os sinais da profecia através da sua luneta em 1618 e revelou-a numa obra intitulada *Anacepholosis* 4.^a, apontando então D. Teodósio, duque de Bragança, como nova personificação do Encoberto.

Os conventos e ordens religiosas, cujos interesses os Filipes ofenderam, sujeitando-os ao imposto do real de água e chamando a si o produto dos confiscos do Santo Ofício, etc., apossaram-se do prognóstico sebastiânico e tomaram a seu cargo justifi-cá-lo. A dominação filipina, cada vez mais odiosa, conduzia o povo a actos de desespero. O padre jesuíta Nuno da Cunha ajeitou com a Ordem rival dos Dominicanos uma aliança que uniu para o combate decisivo as mais poderosas forças eclesiásticas do país. Em 1640 era crença comum que nesse ano seria abatido o jugo estrangeiro — ... porque assim o dizia uma carta de S. Bernardo a D. Afonso Henriques!

O padre António Vieira contara, pouco depois da Restauração, ⁽¹⁾ que no dia da aclamação solene de D. João IV estava a imagem do Bandarra num altar da Sé, sem oposição das autoridades eclesiásticas nem do Santo Ofício, que anteriormente o condenara. E o Dr. António de Sousa Macedo, que participa na 1.^a embaixada a Londres, publica em 1645 na capital britânica a *Lusitana Libertada*, onde ocupa 55 páginas de boa composição a enumerar as profecias e prodígios, que em Portugal se admitiam como argumento de legitimação da nova monarquia!

Oliveira Martins atribuiu uma grande importância ao fenómeno messiânico entre nós, considerando-o mesmo, numa caduca e ultrapassada concepção racista, «génio natural íntimo da raça», «sentimento inconsciente» ou «pensamento natural orgânico» demonstrativo de que «o elemento primitivamente dominante nas populações é, em Portugal, o Celta». Teófilo Braga também considerava o sebastianismo como carácter étnico do povo português.

Mas quem mais se debruçou sobre a evolução do Sebastianismo, além de Costa Lobo (*Origens do Sebastianismo*) e de Sampaio Bruno (*O Encoberto*), foi esse curiosíssimo espírito que em vida se chamou Lúcio de

(1) No processo que lhe foi instaurado pela Inquisição, afeiçoada aos Filipes.

Azevedo, para quem a nossa consciência cultural colectiva está em dívida pelas preciosas contribuições que prestou à compreensão de certos períodos da nossa história, como, p. e., os estudos sobre o P.^o António Vieira e sobre a época pombalina, e que nas suas *Épocas de Portugal Económico* atinge um interesse surpreendente que está longe de ser posto em relevo.

No seu estudo — a *Evolução do Sebastianismo* — Lúcio de Azevedo, para além da análise histórica objectiva do fenómeno messiânico, deixa porém seduzir-se por uma interpretação que António Sérgio classificou de «romântica» por considerar que sebastianismo é «na história o que é na poesia a saudade, uma feição inseparável da alma portuguesa».

Sérgio contesta muito justamente que seja um carácter rácico, considerando-o antes um facto social: «a existência do cristão-novo, comprimido, ansioso de redenção, — é a primeira causa do desenvolvimento do messianismo na nossa terra». «O bandarrismo, longe de ser produto, ou efeito, de um espírito rácico português, foi uma das causas ou factores da imaginação portuguesa da decadência, graças à confluência de ideias alheias, da educação profetista dos eclesiásticos e de factos históricos supervenientes.» «O facto de as circunstâncias nacionais não satisfazerem o patriotismo — explica que dure o antigo sonho na alma de gente pouco afeita à iniciativa e ao *self-government*.»

Às explicações metafísicas de Oliveira Martins, Teófilo Braga e Lúcio de Azevedo, preferimos aqui a explicação sociológica de António Sérgio. São determinadas situações históricas, e não temperamentais, que produzem o espírito messiânico, mais ou menos comuns a todos os povos, quando se verificam situações idênticas de sujeição política e insegurança económica.

Entre nós, com raras intermitências, há três séculos que este estado patológico se manifesta. Não podemos desprezar ou menosprezar esta realidade psico-sociológica.

Não que isso dê foros de nacional exclusivo ao fenómeno messiânico, mas que necessariamente deixou sulcos profundos na nossa constituição psíquica colectiva. Aos olhos do homem ilustrado do nosso século, já educado e treinado no jogo racionalista da análise, o Sebastianismo apresenta-se como uma manifestação de puerilidade mental exaltada por determinadas circunstâncias político-sociais — e assim é. Mas essa puerilidade mental, característica da ausência do espírito crítico, constituiu uma feição bem vincada do nosso comportamento colectivo e necessariamente subsiste ainda na actualidade, nas reminiscências por tantas razões revividas.

É esta realidade objectivamente considerada que deve ter-se presente se queremos compreender muitos tipos de comportamento em períodos de decadência

que, abreviadamente considerados, nos parecem simplesmente ridículos e contraditórios. As realidades não podem iludir-se nem as podemos minimizar sujeitando-as à nossa visão de homens intelectualmente evoluídos.

Só partindo das realidades, tais quais são e não como desejaríamos que fossem, é que poderá encontrar-se a solução adequada para os problemas do nosso anacronismo. Os problemas não se resolvem negando-os, mas analisando-os. E a perduração, ainda que subconsciente, do ideal messiânico não pode desmerecer a atenção do sociólogo que se debruce sobre as realidades nacionais.

(1959)

IMANENTISMO E TRANSCENDENTALISMO N A V I D A S O C I A L

Temos uma mentalidade eivada de transcendentalismo. Acreditamos pouco em nós. Só confiamos e esperamos no que vem ou possa vir do além, do fora de nós, do que nos transcende.

Será que o sebastianismo é mesmo o traço fundamental da nossa psicologia colectiva? Recuso aceitar a tese, ainda que a nossa história, a mais remota como a mais recente, a própria história contemporânea, estes nossos dias que temos vivido, nos ofereça tantos aspectos a quererem-nos convencer de que sim, que o sebastianismo, o transcendentalismo, é a mola propulsora fundamental da nossa vida colectiva.

É que não há povo, não há independência nacional, senão através da actividade imanente, que o mesmo é dizer do esforço consciente no sentido de acompanhar o progresso dos outros povos e contribuir para ele pelo trabalho e pela inteligência.

Sebastianismo foi, efectivamente, um traço dominante da nossa psicologia colectiva quando resistimos, mais do que nos opusemos, à dominação castelhana. Mas foi sebastianismo a mola propulsora, por exemplo, da empresa das descobertas? ⁽¹⁾ As descobertas não resultaram duma atitude passiva dos homens na expectativa dos milagres do transcendentalismo, daquilo que poderia vir de fora do homem, mas, bem ao contrário, uma atitude activa, optimista, do homem fabricante do seu próprio destino, do seu próprio progresso, da desenvolvimento para fora de si das capacidades criadoras e realizativas que estão nele próprio, que fazem parte da essência do ser homem.

Uma atitude mental predominantemente transcendentalista, ou predominantemente imanentista, reflecte-se, de facto, na vida prática. Se a vida colectiva dum povo é dominada por sentimentos transcendentales que colocam fora de si o mundo dos valores, das possibilidades e das capacidades realizativas, esse povo vive um estilo de vida fatalista, impregnado de pessimismo, dominado pelo terror de viver e angustiado pelos desígnios do além.

(1) Claro que o termo está aqui historicamente deslocado, porque o sebastianismo propriamente dito é um fenómeno já posterior à época das descobertas marítimas, mas o seu conteúdo psicológico é válido.

Se a vida colectiva é, porém, dominada por sentimentos imanentes que colocam no próprio homem, considerado individual e colectivamente, os objectivos de felicidade, então há uma inspiração optimista, dinamizadora, que confere ao indivíduo confiança na própria acção e o lança em busca de caminhos novos e de soluções novas, que melhor sirvam às suas aspirações de progresso e felicidade terrena, vivencial.

Ora, não seria possível termo-nos constituído em povo independente e mantermos essa independência durante um lapso de tempo maior já do que o de todas as restantes nações actuais da Europa, não seria possível ganhar em Aljubarrota ou escrever a epopeia dos *Lusíadas*, não era possível a «milagrosa» resistência às invasões napoleónicas, nem a substituição do regime ao cabo de oito séculos de monarquia, se vivêssemos só dominados pelo transcendentalismo, se o sebastianismo fosse efectivamente o traço dominante da nossa psicologia colectiva.

A verdade, contudo, é que esse tem sido, por outro lado, o traço dominante em algumas épocas da nossa história e pode dizer-se que o tem sido também da época mais recente da nossa história, dos próprios dias que temos vivido. De algumas épocas, mas não de todas.

E, por isso, dominados pela obsessão do transcendente, desprezamos os nossos próprios valores, as vir-

tualidades que nos são imanentes. Muitas vezes, não chegamos sequer a desprezá-los, porque a verdade é que tão pouco tomamos consciência deles, não temos os olhos afeiçoados para os ver. Não admira, pois, que a nossa vida seja dominada pela fascinação do que nos vem de fora, do que é estrangeiro, daquilo que os jornais nos noticiam de longe — porque até os jornais nos descrevem e noticiam melhor as insignificâncias longínquas do que as realidades próximas — e nos mantenhemos de olhos fechados para os valores com que privamos quotidianamente.

No campo, por exemplo, da arte e da literatura, o que é que nós ignoramos do que se passa nos *boulevards* de Paris ou nos estúdios de Hollywood? Conheçemos não só os nomes e as obras dos artistas e literatos, mas ainda as fotografias, as caricaturas, as ideias, o passado das suas vidas, o seu género de actividades públicas e privadas, a maneira e as horas a que costumam trabalhar, o estilo de andar, a côr dos seus olhos, o frisado do cabelo, o peso, o feitio dos fatos, o tipo das suas preferências, a *boite* que frequentam, as anedotas que contam, o trabalho que estão a executar e o que projectam empreender, enfim — somos sábios e interessadíssimos em tudo o que nos vem de fora, do além, daquilo que nos chega envolto pelas roupagens do maravilhoso, que sempre caracteriza o transcendente.

E, contudo, quantas vezes no Chiado, na Ferreira Borges, ou aqui mesmo abafados em qualquer leitaria, mantemos os olhos fechados, impenetráveis, para os valores que palpitam à nossa volta, aqui e agora, indiferença essa que provoca aos poetas esses ais suspirosos pelo flagelo da incompreensão e aos artistas a fuga espectacular para as excentricidades do abstracto! E se é assim na arte e na literatura — é-o da mesma forma quanto à política e quanto à ciência, quanto às capacidades de trabalho como às inventivas, quanto ao desenvolvimento industrial como à prosperidade comercial. E esses valores nossos existem, valores que podem nem frequentar o Chiado, nem a Ferreira Borges, nem as leitarias, mas que muitas vezes se ocultam num trabalho quotidiano absorvente e num estudo aturado e esforço criador tenaz.

É que nos falta uma perspectiva do tempo presente, não equacionamos ainda a problemática do nosso século, não nos detemos na investigação desapaixonada em sabermos donde vimos e para onde vamos, não sobre a origem e o destino transcendentales da nossa alma — que isso é domínio do misticismo, não da vida social, que é a de que estamos a ocupar-nos — mas da nossa ascensão sócio-cultural, da encruzilhada de ideias da nossa época e dos horizontes que se abrem ao nosso destino humano.

Isto não entra no domínio das nossas preocupações, quer individuais, quer colectivas, de tal modo vivemos

ansiados uma vida de preocupações imediatas e instantes, acotovelando-nos loucamente em busca da fagueira ilusão de sermos os primeiros (os primeiros que nem sabemos em quê), quando não apenas de sobrevivermos fisiològicamente nesta luta do quotidiano, dominada ainda pela vontade arbitrária do mais forte, não do mais forte natural, mas do mais forte na finança ou na disposição do poder. Se os índices das nossas estatísticas económicas o não atestassem exuberantemente, este estado psicológico basta para nos caracterizar como um povo sub-desenvolvido. E daí o nosso misticismo e apego ao transcendente.

Em suspiros monótonos e enlanguescidos, queixamo-nos da falta de valores, da falência da cultura, da crise da consciência, vendo nos efeitos as próprias causas e confundindo tudo, alterando o conteúdo dos conceitos e roubando ou pretendendo obscurecer aos mais jovens as claras perspectivas dum futuro sadio.

É essa falta de perspectiva do tempo presente que nos cega os olhos para os nossos próprios valores, vivos, presentes, ansiosos, que volteiam em tórno de nós, que são em carne e osso o viço e a esperança de Portugal.

É que os valores não estão apenas encerrados, ocultados nas consciências individuais. Os valores são eles próprios resultado duma perspectiva epocal. Não basta que os valores existam — e em todas as épocas

os valores existem. É preciso que a época em que existem lhes imprima projecção, isto é, que haja uma consciência colectiva, uma perspectiva histórica que projecte, que evidencie, que «valorize» os valores. Isso mesmo explica que haja valores—os mesmos—estimáveis numas épocas e desprezíveis noutras. Não são os valores que fazem as sociedades, embora as caracterizem, são as sociedades que fazem os valores, que os determinam e os condicionam.

Ora a nossa falta de perspectiva do tempo presente (paradoxo nosso em época de tamanhas perspectivas), como espessa vaga de nevoeiro que não nos permite enxergar ao redor de nós e sentir as palpitações de vida que vibram à nossa volta, cega-nos a vista para essa fonte perene de valores humanos—que é a juventude, que «neste amanhecer duma nova era humana» busca por esforço próprio, nobre e valoroso, um lugar para si neste «mundo que teima em não ver». ⁽¹⁾

(1959)

(1) Alusão à publicação juvenil «Coordenada».

REJUVENESCIMENTO DO MUNDO

Queixam-se os tristes que nada há de novo sobre a terra, e os fatalistas proclamam a eternidade dos males do mundo. Lamúrias de quem medita com os olhos fixos no próprio umbigo, e não abrange o encanto das paisagens circundantes!

Pois a verdade é que temos assistido em nossos próprios dias a uma das mais notáveis fases de desenvolvimento da humanidade. E tudo ocorre a um ritmo tão intenso que cada ano vale por dez. Faça-se, ao fim dos 365 dias do ano o balanço aos acontecimentos operados no mundo inteiro, ver-se-á como a marcha dos acontecimentos se intensificou como jamais. E não apenas pela velocidade mecânica e ritmo da vida moderna, mas ainda pela importância dos acontecimentos que se processam e pelas profundas repercussões que implicam.

É o índice de uma viragem. O mundo vai, decididamente, enveredar por novos caminhos!

A tradição e a rotina tornaram-se desse modo conselheiras falazes. Tudo agora se processa em bases diferentes «do costume». Tudo é novo e diferente, como aconteceu no fim da Idade Média, quando as balizas feudais se desvaneceram perante o surto do comércio e dos empreendimentos marítimos. As próprias Cruzadas, longe de intimidar os «infieis», contribuíram para a derrocada do edifício feudal. Neste sentido da inevitabilidade do progresso, a fatalidade é uma lei histórica: a queda das estruturas ultrapassadas é fatal.

O que mais diferencia o nosso tempo do Renascimento quinhentista, é que, enquanto o humanismo renascentista estava cingido geograficamente à parte ocidental da Europa, e socialmente à classe burguesa ascendente, o humanismo actual é de sentido absolutamente universal, quer quanto à extensão geográfica, como à extensão humana. O acesso à cultura está hoje proclamado como um direito fundamental de todos os indivíduos, independentemente de classe, raça, crença, etc., e tanto é válido nos países de forte desenvolvimento industrial, como nos subdesenvolvidos ou de recente recuperação.

Assim como a expansão da actividade humana para as grandes regiões marítimas alargou as unidades políticas fazendo desaparecer os feudos e criando as nações, a expansão interplanetária faz-nos compreender a estreiteza dos nossos mesquinhos nacionalismos (na medida

em que nacionalismo é uma afirmação de egoísmo relativamente às outras nações, não como apego legítimo à soberania e independência) e lança os povos para as tarefas de cooperação internacional. Caminha-se para a criação de uma unidade mundial, de que as Nações Unidas, expressão política de um super-governo universal, não são de modo algum uma utopia.

As Nações Unidas desempenham no mundo dos nossos dias a mesma influência moral e directriz que, na «república cristã» da Idade Média foi desempenhada pelo poder espiritual e temporal do Papado. Hoje, como então, os governos e os povos apelam para uma autoridade suprema. E assim como a Igreja administrava a aplicação da moral cristã, as Nações Unidas regem-se por princípios de moral política e económica, à luz dos quais pronuncia os seus veredictos ao derimir as contendas que arbitra. A força material das Nações Unidas nem sempre é suficiente para se impôr em todas as contingências, mas a sua força moral é tamanha, que até as grandes potências temem ser rés no pretório internacional. É que a opinião pública é hoje uma força avassaladora. E os homens do mundo inteiro estão atentos e vigilantes à marcha do seu próprio destino.

Depois da desagregação da Europa em impérios, e da divisão do mundo em zonas de expansão imperial, a constituição de uma assembleia universal de nações marca o regresso a uma unificação, que comporta um

novo sentido de comunidade para todos os povos. Só os defensores de anacrónicos privilégios e de afrontosas sujeições alimentam animadversão para esta tendência unificadora do mundo.

A vitória das Nações Unidas em 1945 marca, na verdade, uma baliza entre duas épocas.

É certo que as esperanças universais da Primavera daquele ano eufórico, consubstanciadas na célebre Carta do Atlântico outorgada ainda por Roosevelt e Churchill nos dias sombrios da grande conflagração, foram retardadas pelo refluxo de um sobrevivência que desesperadamente tentou projectar-se para além da sua própria derrota. A «guerra fria» iniciada com a explosão da bomba atómica americana sobre a cidade mártir de Hiroshima, projectou sobre o mundo a ameaça de uma terceira guerra mundial. Essa expectativa foi depois alimentada por toda uma estratégia política que, embora irremediavelmente condenada ao fracasso, tem sido o sustento psicológico da reacção internacional. É que, ao mesmo tempo que pretexta a não satisfação das universais aspirações de mais pão, mais cultura e mais equidade social, fez retardar por uma dúzia de anos a eclosão da crise de super-produção capitalista.

As grandes potências económicas ocidentais puderam iludir e adiar por uns anos, fabricando armamentos e provocando guerras locais onde consumi-los, a crise económica que derivaria da adaptação da indústria

de guerra à produção de artigos de consumo. E toda uma artificial ideologia de cruzada foi fomentada para sustentar psicológicamente essa tensão.

Mas a detenção do segredo atômico deixou de ser exclusivo dos americanos: a 23 de Setembro de 1949, o Presidente Truman anuncia ele próprio que também a U. R. S. S., a potência «infiel» dos nossos tempos, possui o segredo da fabricação de bombas com capacidade de desagregação atômica. E a arma terrível de extermínio transformou-se, pelo equilíbrio de forças que a quebra do seu monopólio produziu, numa nova esperança para a humanidade.

Com o lançamento do primeiro *sputnik* no dia 4 de Outubro de 1957, a ciência consolidou o seu triunfo, e, desenvolvendo as possibilidades técnicas do homem, modificou o antigo equilíbrio de forças, condenando inexoravelmente os sistemas seculares de exploração do homem pelo homem. (1)

Mas os sucessos do humanismo científico não ficaram por aí: um mês após o primeiro, um segundo

(1) Num tribunal do norte estava por essa altura a ser julgado um indivíduo, que foi condenado, proclamando-se inocente. Ao sentir-se ofendido, mas impotente perante a sentença iníqua, teve este desabafo de consolação e esperança: pois sim, mas o *sputnik* lá anda nos céus! — Isso dava-lhe esperança de que a justiça atingiria a terra.

sputnik, pesando meia tonelada e transportando a cadela «Laika», entrou em órbita e mantém-se durante cinco meses e meio; em 2 de Janeiro de 1959, o primeiro foguetão cósmico ultrapassa a Lua e entrou em órbita à volta do Sol; a 4 de Outubro do mesmo ano, o «Lunik II» contorna a Lua e fotografa a sua face desconhecida; a 19 de Agosto de 1960, uma nave espacial de quatro toneladas e meia, transportando dois cães — «Strelka» e «Belka» — e outros animais vivos, descreve dezoito voltas à Terra, percorrendo 696.000 quilómetros, antes de aterrar com os seus passageiros sãos e salvos.

E finalmente, a 12 de Abril de 1961, uma onda de emoção varreu o mundo ao saber-se que o primeiro homem fora lançado no espaço cósmico: o major Yuri Gagarine, numa cápsula espacial com o peso de quatro toneladas e meia, descreveu uma órbita de 43.000 quilómetros em torno da Terra, a uma distância dela compreendida entre 180 e 325 quilómetros; e voou durou dezoito minutos e a velocidade atingida foi de 29.000 quilómetros por hora.

O progresso nos voos espaciais não ficou por aí, como o progresso das expedições marítimas impulsionadas pelo Infante D. Henrique não se quedou ao dobrar o Cabo Bojador: a 6 de Agosto seguinte, um novo astronauta, o major German Titov, pôde ele próprio conduzir a sua nave espacial «Vostok II», descreveu durante 25 horas mais de dezassete órbitas à volta

da Terra, num total de 700.000 quilómetros. «O espaço aguarda os seus poetas e os seus pintores» — exclamou, extasiado, no seu regresso. Os céus abriram-se aos olhos materiais dos homens!

Toda a trabalhosa construção das metafísicas modernas aluiu pelo esforço humano imanente, racional, científico, experimental. Tal como, no Renascimento quinhentista, o esforço inteligente e planificado do «homem novo» de então fez aluir o acanhado mundo alicerçado na metafísica aristotélica.

É preciso possuir uma nova mundivivência para se alcançar a clara compreensão dos acontecimentos do mundo de hoje. É preciso ter bem presente que o novo humanismo é universal e igualitário, económico e científico. E não esquecer que as sementes da esperança lançadas no coração dos homens no princípio tenebroso da década de quarenta (Carta do Atlântico rooseveltiana) estão a dar os seus frutos neste princípio de nova década.

Vinte anos decorreram, entretanto. O que significa que mais uma geração passou, e uma nova surgiu. É esta geração nova, dos homens que despertaram ou se iniciaram na vida social quando os exércitos calcavam o mundo a retalhar as carnes vivas, que toma agora sobre os seus ombros a responsabilidade e a glória de transformar em realidade as esperanças que acalentaram os corações de todos os que tombaram

na luta consciente. É o render da guarda, na marcha inexorável da história.

Eisenhower, cabo de guerra glorioso que foi, cedeu o seu lugar a Kenedey. O septuagenário nascido no século passado dá lugar ao «jovem» do século XX, com 42 anos, de consciência política e social forjada nas campanhas da última hecatombe. Naturalmente que a juventude não se afere pelo bilhete de identidade. E Kenedey é sem dúvida mais velho do que a sua idade civil faria supor.

Mas o exemplo simboliza a tendência que se processa no mundo. O seu opositor à candidatura da presidência norte-americana, Nixon, tinha 47 anos. Não há dúvida que este facto significa o triunfo, a plenitude da geração que surgiu com a vitória de 1945. O contrapeso da experiência governativa no gabinete americano está personalizado no vice-presidente, Lyndon Sohson, que tem 51 anos. E o novo secretário de Estado, Dean Rusk, que não acredita na vantagem das conferências de alto nível, é outro dos «velhos»: tem 51 anos também!

Isto passa-se na América do Norte, mas não tem um significado meramente simbólico. Por todo o mundo o processo de rejuvenescimento se verifica do mesmo modo. A senhora Sirimavo Bandaranaike, chefe do governo de Ceilão, além de que é uma senhora, a primeira mulher que exerce as funções de chefe de

governo, possui apenas 44 anos. Jânio Quadros, o presidente eleito do Brasil, tinha 43 anos ao assumir essa alta responsabilidade e dignidade. E Fidel de Castro, outro renovador heróico, anda pelos 35 anos. Lumumba foi herói e mártir com a mesma idade. Adenauer, com os seus 86 anos, foi derrotado nas últimas eleições alemãs. E o velho presidente do Panamá foi substituído por Robert Chiari, que tem 55 anos. Esta é, aliás (e só na generalidade, bem entendido) a idade dos compromissos e transições. Amintor Fanfani, actual chefe do governo italiano, vai nos 52 anos.

Os organismos nacionais exigem a renovação dos quadros, assim como os organismos de todos os seres vivos carecem de renovação das células. E quando novas células não rejuvenescem o organismo, então entra a esclerose a denunciar a degenerescência e a morte próxima.

Herculano bradava por «gente moça», porque os velhos — dizia — «estão bons para dormir na Academia.» Mas nem já no domínio intelectual a consagração acompanha a vetustez. Os prémios Nobel de Química e Física (1960) andam na casa dos trinta anos. O Professor Glaser (Prémio Nobel de Física) tem 34.

A experiência dos «antigos» não se adequa às novas condições da modernidade. Se em todas as épocas da história se processou uma dialéctica de

gerações, essa está agora posta com uma acuidade muito mais evidente.

As novas coordenadas da civilização terrestre exigem a mobilização dos homens novos de todas as latitudes para a consolidação da solidariedade humana.

É o refazer do mundo que se processa. Tudo o que é velho e caduco, iníquo ou obsoleto vai desaparecer. Por isso, o Presidente Sukarno da Indonésia proclamou nas Nações Unidas ⁽¹⁾: — «o nosso dever não é o de defender este mundo, mas de construir de novo o mundo.»

(1) Em 30 de Setembro de 1960, na Assembleia Geral.

RAMALHO E A DIALÉCTICA DAS GERAÇÕES

Quando Castilho morreu, em 1875, Ramalho Ortigão, que então andava pelos quarenta anos, proferiu este sereno e lúcido juízo :

«Homem reconhecidamente superior, o Sr. Visconde de Castilho tinha para a geração moderna o defeito dessa qualidade.»

O defeito da qualidade! — eis um aparente paradoxo que merece ser reflectido. É que a qualidade também constitui um tropeço, quando gera uma exacerbação do personalismo, que depois se sobrepõe nefastamente sobre todas as conveniências de equilíbrio social.

Um homem superiormente dotado deve compreender que as qualidades que o distinguem só o nobilitam na medida em que dessas qualidades resulta um bem social, a proliferação dessas qualidades no meio social em que vive. Doutro modo, se chama a si, com

o orgulho dum exclusivo, as suas qualidades superiores, sem ser capaz de as reconhecer e de as despertar nos outros, mórmente nos mais novos, então as qualidades dum homem superiormente dotado transformam-se em acinte social, em opressão moral ou intelectual, e a consagração dum homem desses, enquanto vivo, transforma-se numa ditadura, a ditadura do seu próprio prestígio, o «defeito da qualidade».

Sem querer analisar um aspecto muito significativo deste juízo, que é o valor dialéctico da expressão — *defeito da qualidade* — ou seja, a qualidade que contém em si ela própria o seu contrário, — e é esta uma das mais notáveis aportações que a Geração de Ramalho introduziu na nossa mentalidade, a influência hegeliana da marcha dialéctica, através da luta dos contrários — há um outro aspecto que aqui nos ocupa: o aspecto social dos prestígios.

«Todo o homem que chega à superioridade indiscutida e para assim dizer canonizada — escreve ainda Ramalho — nós combatemo-lo como um inimigo, porque o consideramos um obstáculo. Todo aquele que adquire a glorificação proveniente dos aplausos gerais entra na tradição, perde a força da contemporaneidade, pertence pelas suas ideias a uma geração pretérita e mantém no entanto, ao abrigo do seu nome ilustre e vivo, antigos erros que a glória sustenta, a despeito da crítica, da lógica e da verdade. A glória é um estacionamento e um fim.»

Esta é a questão da dialéctica das gerações. Cada geração traz consigo um pensamento, uma problemática, um ideário próprio e uma aspiração, que muitas vezes se geram, e quase sempre se geram, em oposição ao ideário, à problemática e às aspirações da geração imediatamente anterior. É uma afirmação de vitalidade, uma prova de personalidade própria. Do natural desenvolvimento desta oposição é que resulta o progresso, a marcha interminável das aspirações humanas.

A solução que cada geração traz a certos problemas gera logo novos problemas, que são as gerações seguintes que vão equacionar. Não pode haver uma sujeição passiva dos mais novos às soluções encontradas pelos mais velhos, como — e isso é óbvio — não pode haver um desprezo pelo seu esforço, que às vezes mobiliza vidas inteiras.

Por isso, a Geração de 1870, que agitou em Portugal, como nenhuma outra, a necessidade de renovação de ideias e de problemáticas, foi acusada de ser iconoclasta. Acusação de que aliás se orgulhou, como claramente afirma o mesmo Ramalho: «De há muito que os homens da nossa geração são acusados de combater irreverentemente e acintosamente os grandes vultos consagrados, as glórias nacionais. É preciso que alguém tenha a coragem de aceitar esta acusação. Aceitámo-la nós, e confessamos claramente que a merecemos.»

São estas afirmações que merecem ser reflectidas, não só pelo que contêm de altivez, o que é uma afirmação de carácter, mas ainda pela justeza social do seu conteúdo. Porque:

«Na vida dos povos há duas forças propulsoras da civilização, de cujo encontro resulta a grande luta do progresso. Uma destas forças procede da tradição e do costume, a outra procede da rebelião e da irreverência.»

Por isso Ramalho, que reconhecia em Castilho um homem superior, considerava-o um adversário: «Para nós, por exemplo — escreveu — ousamos dizê-lo humildemente sobre essa campá veneranda, o Sr. Visconde de Castilho era um adversário.»

«É que um poeta, um literato, um escritor é um homem de combate e de guerra. Como tal o que lhe cumpre fazer depois de cada vitória é pendurar a sua corôa e tornar a desembainhar a sua espada. Logo que ele põe a corôa na cabeça e deixa a espada na baíha sai do campo e entra na galeria; está encaixilhado na sua obra; é um quadro.»

O immobilismo da glória não é, porém, uma fatalidade dos anos.

Contemporâneo de Castilho foi Vítor Hugo. E Ramalho estabelece o contraste: «Este, porém, não aceitou a consagração da superioridade. Cada um

dos seus livros representa um período novo na história do seu espírito; cada uma das suas obras, se é em parte a ampliação, é em outra parte a refutação da obra que a precedeu. Os que tinham glorificado as *Orientais* desdisseram-se diante do aparecimento dos *Châtiments*; os que tinham aplaudido as *Contemplações* assobiaram o *Ano terrível*; os que tinham decidido que *Notre Dame* era o primeiro dos romances históricos classificaram como último dos ditos romances *Quatre-vingt-treize*.

«O grande valor dinâmico desse extraordinário espírito está exactamente nessa oscilação do aplauso, e o seu maior elogio é o alto privilégio de ser ruidosamente combatido e contestado aos 70 anos de idade, exactamente como o fora aos vinte. (...) Vítor Hugo continuou a viver na peleja e na luta, e o Sr. Visconde de Castilho passou a existir na região apática da imortalidade e da glória.»

É este sentido dinâmico da existência individual integrada na dialéctica social uma das mais positivas contribuições que devemos à Geração de 1870.

E quando, perto de um século decorrido, sentimos a atonia mental que tem transformado os nossos valores em «quadros» já quase «encaixilhados» na «galeria», pensamos na necessidade duma renovação fecunda, irreverente talvez, mas imperativa, para não caírmos

todos na castração mental que insensivelmente tem vindo a processar-se, corroendo o cerne da nossa inteligência colectiva.

Tenhamos coragem para aceitar as acusações à nossa irreverência — como proclamava Ramalho. Mas mereçamo-las.

(1959)

DUAS GERAÇÕES, DUAS MENTALIDADES

Ao comemorar-se um aniversário, o 17.^o, da fundação no Porto da cooperativa cultural Sociedade Editora Norte (SEN), o autor foi convidado a pronunciar algumas palavras na inauguração das instalações da sua biblioteca, a «Biblioteca Eng.^o Oswaldo Santos Silva» assim denominada em póstuma homenagem a um dos mais dinâmicos fundadores da cooperativa. O recheio era constituído por perto de 1.500 obras, de que cerca de um milhar tinham constituído o fundo da extinta Biblioteca Móvel de Braga, organizada pelo autor em 1942.

É com as palavras pronunciadas nessa cerimónia quase íntima, que preenchemos este capítulo.

Gostaríamos de não introduzir nesta colecção, onde a concisão do dizer se sobrepõe ao palavriado retórico, um discurso que, só de o ser, necessariamente se reveste de tom declamatório. Mas vamos fazê-lo, excepcionalmente, por termos tratado em capítulos antecedentes do mesmo tema que nele se glosa : a dialéctica das gerações.

E como amputá-lo em partes, que porventura aqui não interessaria reproduzir, seria deformá-lo, publicámo-lo na íntegra, tal como foi lido.

À cerimónia presidiu o pai do patrono, o também já saudoso Dr. Eduardo Santos Silva, antigo ministro da Instrução, e assistiu a Família, que para o acto foi especialmente convidada, o que explica as saudações iniciais — e permitiu exemplificar a dialéctica das gerações.

«Ex.^{mo} Senhor

Doutor Eduardo Santos Silva

As minhas primeiras palavras — permitam-me — são de saudação a V. Ex.^a.

De saudação *ao Homem* — que no decurso de uma vida inteira, deixou atrás de si, em todas as actividades que desenvolveu, o sulco da sua personalidade bem vincada, de inteligência esclarecida e de vontade orientada no sentido do bem comum.

De saudação *ao Cidadão* — impoluto, chamado a desempenhar altos cargos, no decurso da 1.^a República, nomeadamente o honroso e importantíssimo de Ministro da Instrução Pública; e que depois de 1926, sofreu, sempre com estoicismo e aprumada dignidade — a prisão, o degredo, e não bastara isso, mais ainda o ostracismo a que, há 33 anos, vemos condenados os homens mais ilustres, os cidadãos mais exemplares do nosso País.

De saudação ainda *ao Chefe de Família* — e que chefe de família encantador é V. Ex.^a, Senhor Doutor, que criou uma família venerada a todos os títulos por toda a boa gente do Norte, mas ainda respeitada pelos adversários, tais são as virtudes que V. Ex.^a lhe soube imprimir na sua educação democrática e patriótica.

De saudação, por fim, *ao Amigo* — que me tem honrado com a sua amizade carinhosa, paternal quase, e compreensiva, amizade que reforçamos no Verão do ano passado, quando V. Ex.^a e sua Ex.^{ma} Esposa, abnegadamente, dedicadamente, todos os dias visitavam o seu Filho Artur, meu companheiro e Amigo da Sala A, na rua do Heroísmo.

Esta saudação a V. Ex.^a, Senhor Doutor Eduardo Santos Silva, é uma saudação necessariamente extensiva a toda a Família, e muito especialmente a essa Senhora respeitabilíssima, que é a Esposa dedicada de V. Ex.^a, nas horas boas como nas más, nos alvoroços de alegria como nos soluços de amargura, — e em cujas virtudes se espelham a abnegação e a heroicidade da Mãe e da Mulher portuguesas.

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Constitui este facto cívico que aqui nos reúne um dos momentos comemorativos do 17.º aniversário da fundação da sociedade cooperativa editorial designada por — SEN.

Não pertenço ao número honroso dos fundadores. Mas sou dos seus mais antigos sócios. Não me é indiferente, portanto, o evento que se comemora.

A SEN foi a mais arrojada realização — *concretizada* — dos homens da minha geração aqui do Porto. Foi a mais arrojada — porque os seus objectivos estavam tão distanciados das possibilidades de realização imediata, que desde cedo esbarrou em montanhas de dificuldades que não venceu inteiramente, e a prostraram numa actividade rastejante, enfermiza, que, à primeira vista, mais penaliza que encoraja.

Mas a SEN ficará a constituir um título de glória para a geração que a fundou : — ela é a expressão viva dos sonhos — generosos, altruístas, dignificadores e patrióticos — dos homens que despertaram para a vida social portuguesa no preciso momento em que os exércitos hitlerianos esfacelavam o coração dos povos independentes da Europa e ameaçavam o mundo inteiro com as fanfarronices do seu imperialismo incontido.

Quando a Europa ensanguentada sofria os horrores dos campos de concentração e das câmaras de gás, um punhado de jovens lavrava aqui o seu protesto, consignando num notário desta cidade as cláusulas duma sociedade cooperativa. cujos objectivos eram exactamente os opostos aos desígnios do Senhor dos Mundos de então, — pois consistiam na dignificação do homem pela cultura.

Não foi por acaso que isto assim aconteceu.

Em 1942, ano em que foi fundada a SEN, estava ainda em actividade a Universidade Popular de Lisboa, de que o saudoso Bento de Jesus Caraça era um dos mais entusiásticos impulsionadores; Agostinho da Silva despertava e aglutinava a Juventude com as suas empolgantes biografias e os célebres cadernos de «Iniciação»; Abel Salazar trabalhava incansavelmente no seu Laboratório e no Estúdio; Ruy Luís Gomes mantinha em plena actividade a Junta de Investigação Matemática; publicavam-se ainda, ou tinham-se publicado até há pouco, duas revistas de grande vitalidade — o «Diabo» e o «Pensamento»; a «Vértice» surgira em Coimbra por essa altura; e, afastado dos grandes centros onde se agitavam os problemas candentes do homem e do mundo, isolado num recanto obscurantista da Província, um juvenzinho acabado de sair do liceu, fundava, — nesse mesmo ano de 42 — a primeira Biblioteca Móvel que funcionou em Portugal.

Que circunstâncias determinavam este surto de fecundas actividades?

Não foi mera coincidência do momento.

A sua conjugação, perspectivada na distância do tempo, ajuda-nos a compreender que houve, necessariamente, um denominador comum a impulsionar e alimentar todas essas iniciativas e actividades. Um factor de carácter sociológico interveio naquele movimento humanista dos últimos anos da guerra: foi uma

reacção generosa que se gerou contra as forças da prepotência e do mal, por um lado ; e, por outro, o renascer das energias humanistas, que de algum modo se reavivam nas épocas de crise.

A SEN foi uma criação que ficou dessa época, uma instituição que se criou na atmosfera desse espírito.

Decorridos 17 anos, quando olhamos para trás e vemos como tantas esperanças se desvaneceram, como tantas instituições altruístas se pulverizaram, a SEN aparece-nos viva, apesar de tudo, e animada por Jovens que já não são jovens, mas que têm atrás de si uma vida de sacrifícios e de realizações concretas, a inspirar-nos confiança para as actividades futuras.

É concretização dessa capacidade a nossa presença nesta cerimónia que, se é evocativa dum nome, o é também duma época.

Mas não é apenas evocativa, pois que a compreensão do passado é a mais sólida ajuda para a compreensão do presente e para discernirmos através das brumas o futuro.

E neste momento em que se abrem largas perspectivas universais para uma nova época de Humanismo e Renascimento, agora dominados pelos sentimentos de segurança social, paz e coexistência, nós, homens da

geração que despertou para a vida portuguesa no preciso momento em que a guerra retalhava os corpos e as almas, devemos despertar do nosso letargo e renascer das próprias cinzas, para intervirmos activamente, conscientemente, na grande tarefa nacional que se impõe a todos os que acalentam nos seus corações — o amor à Pátria e ao Povo Português.

Chegou a hora de realizarmos — os grandes sonhos da nossa Juventude!

Senhoras e Senhores:

O Eng.^o Oswaldo Santos Silva — não está morto entre nós.

Ele pode faltar-nos — à Família, como aos Amigos — com o calor da sua presença física. Mas está aqui presente connosco, presente nesta evocação de uma época.

Ele que foi um dos mais generosos e mais activos moços da sua geração, projectou a sua rica personalidade para além da morte física, — e isso foi possível, por terem perdurado os seus anseios, os seus ideais e os seus sonhos, através de instituições como a SEN, depositária dos anseios, dos ideais e dos sonhos de uma geração.

O Eng.º Oswaldo Santos Silva — podemos proclamá-lo como o tipo do homem novo, que resultou, a um tempo, das virtudes do liberalismo que herdou da sua educação familiar, e das virtudes colectivistas que se forjaram numa luta universal anti-individualista e alimentada pelos mais generosos e concretizados sentimentos comunitários.

Assim definido, o Eng.º Oswaldo Santos Silva coloca-se como paradigma dum novo tipo de homem que surgiu após a última guerra.

Na realidade, não é indiferente para a caracterização de um indivíduo, a época em que viveu. É que ela imprime a cada um a marca do seu tempo. E só o homem que compreende as coordenadas da sua época e que nelas se integra, é capaz de compreender os seus problemas e encontrar soluções que se projectem com validade para o futuro.

O Eng.º Oswaldo Santos Silva foi tanto um homem do seu tempo, soube integrar-se tão bem nas coordenadas da sua época, que aqui o temos hoje, presente entre nós, apesar da inanidade que lhe resultou da morte física.

Sendo do seu tempo, o Eng.º Oswaldo Santos Silva caracteriza-se — como homem social. É uma das características fundamentais da nossa geração: compreender que o factor social se sobrepõe ao factor

individual, que o indivíduo é uma resultante das condições concretas e da ambiência do seu meio,—e que não são válidas as soluções para cada um, se essas soluções não constituírem um todo social, se não estiverem correlacionadas com soluções igualmente válidas para todo o agregado social em que se integra.

Isto já foi compreendido desde o século passado.

Mas enquanto no século XIX a vigência foi do Liberalismo, que exaltou as virtudes do indivíduo, sim, mas proclamou também o princípio egoísta do *chaq'un s'arrange*, — coube-nos a nós, homens do século XX, tomar a plena consciência de que a solidariedade humana não é apenas um ideal utópico que alimenta a generosidade das almas bem formadas, mas é ainda um imperativo social dos tempos modernos.

Hoje não são os indivíduos, mas são as massas, que reivindicam e têm direito a usufruir das vantagens do Progresso, da Ciência, da Técnica e da Cultura. E por isso as soluções válidas ultrapassam os quadros já mesquinhos de classe, para envolverem os agregados amplos das nações ou até dos agregados das nações.

O Eng.º Oswaldo Santos Silva foi um homem tanto do seu tempo, que até na escolha da profissão se fez um construtor do futuro. Ele não foi um «doutor de leis» — ideal do homem liberalista adestrado para equacionar os interesses privados. Ele foi um enge-

nheiro, «homem de engenho», «homo faber», adestrado para transformar os elementos naturais, concretos, — e pô-los ao serviço dos homens.

Para evitar estreitezas de interpretação neste ponto, eu quero declarar que um «doutor de leis» não é necessariamente um individualista, pois é hoje bem notória, felizmente, a contribuição dos Advogados na defesa da Causa Pública, e até porque na conciliação dos interesses individuais assenta, em parte, o bem-estar social. Mas o que eu sobretudo pretendo salientar, é que há profissões típicas de certas épocas, profissões que caracterizam, que exprimem o ideal de determinadas mentalidades.

É o caso, por exemplo, do homem medievo: para esse, o ideal da vida, e a ocupação mais rendosa, era ser clérigo. Já o homem do liberalismo encontrou a plena satisfação dos ideais individualistas através duma formatura em Direito, duma ocupação civilista.

E para o homem da idade social, o técnico—engenheiro, médico, professor ou architecto—é o mais categorizado profissional. O engenheiro, porque possui a arte de transformar os elementos naturais em riqueza pública ou bem-estar geral; o médico, que exerce uma acção profiláctica no sentido de preservar a saúde pública e não apenas a individual; o professor, que modela e adestra os indivíduos, integrando-os no con-

junto cultural das comunidades; o architecto, construtor do bem-estar e do encanto dos conjuntos. E Oswaldo Santos Silva foi precisamente um engenheiro: até na profissão realizou o ideal do homem do seu tempo.

Assim compreendido como paradigma do homem novo, não admira que a SEN, depositária dos ideais da Nova Geração, o tenha tomado como patrono da sua Biblioteca.

Falta agora que os seus Amigos e Companheiros, os homens irmanados nos mesmos ideais, ergam, através duma obra concreta e consequente, o monumento que devemos aos Companheiros que foram ficando pelo caminho.»

ATITUDE CRÍTICA PERANTE A REVOLUÇÃO DE 1910

Já passou há mais de um ano o cinquentenário da proclamação da República em Portugal. Essa circunstância foi então aproveitada — e muito bem — para sublinhar a consolidação do novo regime, que de vez substituiu uma monarquia secular, tornada inadequada com a evolução do tempo e das alterações da estrutura social do país.

Sem esquecermos que um regime depende muito mais dos interesses económicos que o apoiam e da justeza da sua adequação histórica, do que da simples permanência no tempo (pois a permanência pode resultar de mera adopção formal num estado de inércia), temos de reconhecer que o afastamento no tempo, a retrovisão à distância, se por si apenas não nos dá garantias de consolidação, permite-nos ao menos alcançar uma perspectiva que melhor nos proporcione uma visão de conjunto. É à distância do tempo que melhor se hierarquizam os acontecimentos históricos, e que

mais adequadamente se ordenam em seriações que expliquem os aspectos contraditórios. E que os acontecimentos se vão despindo dos pormenores circunstanciais, deixando ficar ao de cima as linhas mestras das alterações objectivamente processadas. É à distância do tempo, enfim, que os acontecimentos se intercalam no processo histórico, que o permanente devir social vai deixando atrás de si.

Por isso, agora que já passou o cinquentenário da República e que a distância do tempo nos vai libertando dos laços afectivos e das reacções emocionais, parece que uma atitude distinta, uma nova posição devíamos tomar — nós, portugueses e republicanos — perante o acontecimento histórico e irreversível que foi o da proclamação da República em 1910.

Parece que é tempo, ainda que tivéssemos de manter viva a polémica com os inimigos da forma republicana de governo, de adoptarmos uma atitude crítica, científica, de análise objectiva dos acontecimentos e da sua integração no processo histórico nacional. Não que nos afastemos politicamente um milímetro que seja da linha republicana, pois essa mantém-se essencialmente justa e basicamente necessária a todas as reformas progressivas. Mas que passemos da evocação afectiva à abstracção racional, despida dos factores subjectivos, para que a análise necessária não se ressinta de conveniências apoloéticas ou outras reservas mentais preconcebidas.

É que o ideal republicano não é apenas uma mística, como muitos o entendem e vivem, é também uma teoria política integrada na realidade sociológica, que se impõe analisar racionalmente.

Estamos necessitados de tomar uma posição científica perante a história e de nos habituarmos a fazer o exame sociológico dos acontecimentos. Só assim a experiência do passado poderá habilitar-nos a uma conduta colectiva vantajosa, descobrindo caminhos claros em direcção ao futuro.

Para evitarmos a confusão de ideias e de sentimentos, que tantas vezes nos coloca em situações de perplexidade, precisamos de saber colocar os acontecimentos históricos no seu lugar próprio de importância social.

Ora tudo isso implica que nos esforcemos para adoptar uma atitude crítica (não apenas afectiva) e por ensaiarmos uma revisão histórica (que não seja mera apologia) dos acontecimentos e dos homens neles envolvidos entre 1910 e 1926. Não podemos, de resto, isolar esse período daquele que o antecedeu, a monarquia constitucional, nem do que o continuou, a «provisória» ditadura que chegou até nossos dias.

É que as gerações sucedem-se, e umas têm que dar satisfação às outras do cumprimento que executaram, ou que não executaram, do que foi ou deve ter

sido a sua missão histórica. E nós próprios teremos que responder, perante o juízo dos nossos filhos e dos nossos netos, sobre a perfeita ou imperfeita adequação que fizemos dos problemas do nosso tempo. De bem os termos adequado ou não, dependerá amanhã muito da sua felicidade e prosperidade, ou das desgraças e calamidades que os torturem. Do exacto ou inexacto procedimento actual resultará o bom ou mau destino das gerações posteriores, do mesmo modo que hoje estão muitos a pagar, até com o sacrifício das suas vidas, o que foram erros alheios ou pretéritos.

É esta solidariedade moral que cimenta a coesão nacional. Essa é, verdadeiramente, a lição da história que nos cumpre apreender e interpretar.

Esta solidariedade moral das gerações implica a compreensão muito nítida do sentido da evolução da vida social e das modificações que se operam na sua estrutura. Implica compreender muito bem que a história não é estática, e que no seu devir se processam alterações que não legitimam a adopção de atitudes saudosistas perante formas e valores sociais, que já fizeram o seu tempo, e se encontram hoje inexoravelmente ultrapassados.

É por isso que resultam vãos os esforços dos que pretendem alhear-se dos acontecimentos do seu tempo, ainda que a pretexto de melhor defenderem os seus interesses pessoais e familiares. Além de que esta

atitude é eminentemente egoísta e portanto anti-social, ela é ainda pouco inteligente e fala quanto aos objectivos que se propõe: pois que a segurança individual e dos nossos familiares, a nossa e dos nossos descendentes (concretamente, dos nossos filhos e netos) depende, na presente etapa histórica que atravessamos, especialmente das medidas de segurança social que se tornem efectivas — socialmente efectivas, através de uma estrutura política que as garanta — e que sejam de aplicação universal e equitativa, isto é, abrangendo todos os membros da sociedade, sem privilégios ou desigualdades que não sejam as do seu trabalho e da sua inteligência.

Se tem algum significado dizer-se que a época do individualismo acabou — e isso é exacto — o significado é este: que não há hoje em dia qualquer solução individualmente válida, que não seja ao mesmo tempo uma solução colectiva.

Ora esta transformação, característica do nosso século, e que avassaladoramente conquistou o mundo, implica com concepções políticas, económicas e sociais, com sistemas ideológicos, com compreensões de consciência histórica, etc., que precisamos de analisar na nossa própria história nacional, para assim melhor nos compreendermos a nós próprios, isto é, para esclarecermos a nossa consciência cívica de portugueses, e para mais adequadamente sabermos equacionar os problemas especificamente nossos (subdesenvolvimento,

etc.) com os problemas do mundo contemporâneo e do futuro que nos aguarda.

É por isso que a história não tem um interesse meramente arquivístico. É através da análise da nossa experiência colectiva pretérita, que mais habilitados ficamos a dilucidar os nossos problemas actuais e a encontrar direcção conveniente para o futuro. Não que haja uma repetição, que aceite como boas para hoje as soluções que se recomendaram no passado. O que a história nos ensina é que há exactamente uma evolução, e até por vezes bruscas transformações. Ora a conduta do homem só é inteligente quando se adapta a essa evolução, à transformação inelutável das condições da vida social. É por isso que não basta proceder como procederam os nossos pais, não chega que sigamos o mesmo caminho que trilharam os nossos antepassados. Além da consciência histórica, é necessário adquirirmos o sentido prospectivista da evolução, do progresso social.

Essa tomada de consciência e a necessidade de nos orientarmos quanto ao caminho que nos convém, exige a adopção de uma atitude crítica que nos deixe enxergar com clareza o que, na República de 1910, como aliás em todos os acontecimentos da história, foi progressivo e se projecta construtivamente para o futuro, e distinguir isso do que foi resultado de uma evolução política anterior, que teve a sua mais alta expressão histórica na Revolução Liberal de 1820-34.

Nesses importantes acontecimentos nacionais decorridos na primeira metade do século passado, operou-se em Portugal uma verdadeira revolução. Dela saiu o triunfo de uma nova classe, a burguesia, e saíram modificadas as estruturas da vida económica, nomeadamente desvinculando a propriedade rural dos ónus e servidões com que a tradição feudal a peava e sobrecarregava.

Em 1910, propriamente não se deu uma revolução. Foi um simples adaptar das instituições políticas ao novo regime económico-social, à revolução estrutural processada em 1834. Então, tinha sido uma revolução em profundidade. No princípio do nosso século, apenas uma revolução de superfície, que não atingiu o cerne das estruturas nacionais, estas já anteriormente modificadas. A revolução de 1910 deu simplesmente ao regime económico-social instituído a roupagem política que lhe é própria — as instituições republicanas. Assim como uma oligarquia nobiliárquica precisa de Rei, a burguesia triunfante prefere a República.

Na realidade, a queda das monarquias é um fenómeno subsequente às revoluções liberais que deram o triunfo à burguesia. O facto de a nação-mater do liberalismo, a Inglaterra, ter mantido as suas instituições monárquicas, não contraria a tese: já porque o monarquismo inglês está reduzido a puro formalismo de instituições, uma espécie de luxo nobiliárquico de povo rico; já porque toda a vida socio-política inglesa gira,

de facto e por direito, à volta das instituições e princípios democrato-parlamentares, que atribuem a soberania efectiva à nação, ao povo inglês. A existência dum monarca é puro simbolismo, que, no entanto e significativamente, polariza o espírito conservador das ilhas britânicas.

Monarquia, por essência e definição, é o governo de «um só». Ora desde que exista um parlamento de facto soberano e eleito livremente pelo povo, a conservação formal do regime monárquico não passa de um anacronismo, que, mesmo quando não ofenda ninguém, está na realidade historicamente ultrapassado.

Desde que o liberalismo, através da Revolução Francesa e dos seus ideólogos, derrubou o princípio da origem divina do poder, e transferiu para o povo a base da soberania, as instituições políticas tradicionais estavam implicitamente condenadas: tinham de deixar de ser as monárquicas e substituir-se pelas republicanas. Foi esse o caminho que a Revolução Francesa apontou aos povos, e que normalmente foi seguido nos diversos países após o triunfo do liberalismo.

Em Portugal, a revolução económico-social de 1834 não foi imediatamente acompanhada da mudança correspondente das suas instituições políticas, e daí a tensão permanente e as crises sucessivas que decorreram nessas décadas, durante as quais sobreviveram instituições políticas inadequadas ao novo regime económico-social.

Isso foi o que a Geração de 1910 soube, foi capaz e teve a coragem de realizar: ousadamente, irreverentemente, e com alto espírito patriótico, adaptou as instituições políticas à nova estruturação económico-social. Implantando a República, a Geração de 1910 completou a Revolução, encerrou o ciclo revolucionário iniciado em 1820. Foi mais um fecho do que uma alvorada. Representa mais o coroamento do triunfo liberal, do que o início de uma revolução social.

Precisamos de saber distinguir, nos acontecimentos de 1910, o que constituiu solução para os problemas políticos e ideológicos do século dezanove, daquilo que neles se contém de válido e aproveitável na evolução dos problemas económicos e sociais que se projectaram no nosso século.

Se continuarmos a fazer uma apologia em bloco à implantação da República, sem repararmos que esse acontecimento histórico está muito mais ligado aos acontecimentos políticos decorrentes do liberalismo do que os problemas económico-sociais do nosso tempo, nós não saberemos compreender as contradições da República (que as contém, como todos os períodos históricos), e por isso torna-se-nos inexplicável, por exemplo, a existência na forma republicana de autocracias muito mais radicais que as monarquias absolutas.

A revolução de 1910 deu-nos a forma republicana — e isso foi um acontecimento histórico transcendente,

pois quebrou a tradição secular do regime monárquico. As instituições monárquicas tinham atrás de si quase oito séculos de vigência. A burguesia é certo que tinha ascendido economicamente, mas a maioria da população portuguesa era mantida na sua sujeição atávica, degradada numa profunda miséria e ignorância, consequentemente alheada dos menores vislumbres de consciência cívica. A geração que alcançou a vitória de 1910 teve, por isso, um agreste caminho a desbravar: não alcançou a vitória sem primeiramente ter consumido algumas décadas, cerca de meio século, na mais árdua luta contra o espírito retrógrado dominante. Esse foi o grande mérito de todo o movimento republicano, que galvanizou e alentou a vida nacional portuguesa, sobretudo entre 1880 (centenário da morte de Camões) e 1911 (reformas republicanas e adopção da nova constituição).

A Geração que empreendeu todo esse movimento renovador foi, porém, uma geração de românticos. Por isso, renovadores embora, não foram verdadeiramente revolucionários no mais amplo sentido do termo.

Mas não foram também românticos apenas no sentido formal. Na intensa actividade política que desenvolveram, eles procederam a uma verdadeira descoberta dos mais profundos e genuínos sentimentos da alma popular portuguesa, e souberam despertar, dar ao povo consciência da sua realidade cívica. Educaram, agindo.

Por isso os vimos sempre tratar com o seu semelhante pela forma mais cortês e respeitadora, educados nas maneiras, como correctos no proceder, justos no distribuir, honrados no administrar. E tão inconcusamente honestos na vida familiar e privada, como na vida pública e na acção política. Mas a marca psicológica da sua actuação foi mais romântica quer evolucionária. O mundo de hoje, muito modificado em todos os aspectos, não comporta soluções do estilo então adoptado. A agudização dos problemas toca novamente as estruturas da vida social.

É por isso que não nos podemos quedar num ideário ou num formulário político meramente republicano. Não basta proclamar a vigência de instituições republicanas.

A forma republicana só é válida e coerente com as suas próprias premissas, se for preenchida com um conteúdo democrático. Ora, por grande espírito democrático que possuíssem — e possuíam — os instituidores da República em Portugal, a verdade é que não souberam transformar os seus sentimentos subjectivos num sistema político objectivamente democrático, isto é, que não fosse democrático apenas nas intenções, na forma, mas também na essência, na realidade prática. Mais precisamente: que não fosse uma democracia apenas política, parlamentar, mas que tivesse sido também uma democracia económica e social, que collocasse a todos em igualdade perante a lei, que

fosse efectiva e não apenas enunciada como princípio. Mas isso não o puderam fazer nem podiam os políticos de 1910, porque eles estavam eivados da ideologia liberal e pequeno-burguesa que herdaram do século XIX, com todos os malefícios de um individualismo avaro, que não só fraccionou as forças progressivas perante o inimigo reaccionário, que nunca perdoa, como desviou as atenções dos nossos melhores para problemas de secundária ou terciária importância, deixando por realizar a revolução profunda que era mister na estrutura económica, social e mental da nação portuguesa.

A revolução de 1910, tendo a apoiá-la embora um indómito impulso popular, que verdadeiramente a fez grande e vivificou as entranhas do país, sacudindo-o dos longos períodos do seu torpor, perdeu-se numa inanidade burgueso-parlamentar sem futuro, que bem cara haveria de ficar aos filhos e aos netos, às gerações posteriores, enfim, à dos heróicos instituidores do regime republicano em Portugal. Aconteceu entre nós, como em França após a revolução de 1848: o *republicano* Luís Bonaparte, o «pequeno Napoleão», foi mais autocrata que o *monárquico* Luís Filipe que a revolução destituiu.

É que não basta olhar às formas políticas. É sobretudo necessário saber enxergar as forças económicas que as determinam, que por detrás delas se encobrem e à sua sombra prosperam.

É tudo isso que devemos saber analisar na revolução de 1910, se queremos compreender os paradoxos que se projectaram até aos nossos dias.

E agora, que o cinquentenário da República passou, é tempo de abandonarmos a atitude babosa perante o acontecimento irreversível, e adoptarmos uma atitude crítica, construtiva, viril, sem medo de encararmos as contradições inerentes. Só assim nos habilitaremos a ultrapassar o impasse em que as gerações sucessivas se têm tolhido. E não tenhamos receio de que os adversários se aproveitem deste nosso esforço crítico, até poderíamos dizer auto-crítico, para explorarem contra nós qualquer controvérsia que se levante. As controvérsias são vivificadoras, acordam-nos do nosso torpor, do qual nós próprios estamos contaminados, ainda que nos julguemos muito despertos.

Não receemos a controvérsia mesmo frente aos adversários, porque a discussão abrirá os nossos caminhos em direcção ao futuro, um futuro que nos aguarda de braços abertos, se soubermos caminhar até ele. Enquanto que os saudosistas das formas políticas historicamente ultrapassadas, só voltados para os tumultos encontram audiência para as suas lucubrações.

Saibamos contrapor às lucubrações sobre o passado, uma atitude crítica com os olhos voltados para o futuro.

TRADIÇÃO E REVOLUÇÃO

O apego à tradição não serve de bússola para nos orientar nas grandes encruzilhadas da história, ou nas crises de sobrevivência nacional.

As nações não sobrevivem se se mantiverem obstinadamente aferradas à tradição. Até porque a tradição do passado é revolucionária, isto é, a experiência do passado ensina-nos que é a olhar para a frente que os povos se desenvolvem e progridem.

D. Sebastião, quando foi para Alcácer-Quibir, não ia a olhar para a frente: os seus olhos de visionário estavam postos em ideais ultrapassados da cavalaria medieval. Eram ideais de cavalaria e cruzada que já tinham feito o seu tempo entre trezentos e quatrocentos anos antes. D. Sebastião não se apercebeu das coordenadas do seu tempo, e acabou por pagar com a sua própria vida a loucura da sua empresa.

Mas o trágico é que, quando são os chefes, os dirigentes de uma nação os obcecados, não são as suas pessoas apenas e os seus bens e familiares a pagar caro o preço dos seus erros. Todo um povo é arrastado na desgraça. Se D. Sebastião foi um louco, o seu erro foi trágicamente pago por todos que o acompanharam, ficando com os seus corpos retalhados nos campos inóspitos do Norte de África. Mas também foi pago dramaticamente por uma nação inteira, pelo bravo povo lusitano, que ficou durante sessenta anos subjugado por imperialistas estrangeiros.

O povo paga sempre caro a convivência da sua passividade. Receoso de hipotéticos perigos imediatos, deixa muitas vezes correr os negócios públicos para evitar o esforço senão o incómodo de uma atitude, e depois vê cair-lhe em casa as desgraças todas em catadupa — as que julgava evitar com a sua passividade e ainda mais as que se lhe juntam por agravamento. A passividade de um povo é convivência nos erros ou nas loucuras dos seus dirigentes. E no Portugal subjugado em 1580 sacrificaram-se nada menos de três gerações sucessivas ao vexame do domínio estrangeiro.

As nações, como os indivíduos, não podem viver isoladamente. O conjunto social é solidário. E essa solidariedade implica que umas e outros, têm de acompanhar o progresso técnico como o económico, o progresso social como o intelectual.

O testemunho histórico das diversas civilizações atesta-nos essa solidariedade. Todos os povos são arrastados pelos ciclos civilizacionais em que se integram. E quando os laços dessa solidariedade definham, a morte espreita. O fim aproxima-se. Não a morte dos povos, porque os povos não morrem, mas a morte da sua individualidade nacional. É então que umas nações são absorvidas por outras nações, ou que, numa escala superior, umas civilizações são absorvidas por outras civilizações.

Portugal orgulha-se de ser a nação mais velha da Europa. Mas Portugal só pôde sobreviver durante os oito séculos da sua existência na medida em que evoluiu, na medida em que acompanhou a marcha dos outros povos. Se se mantivesse medieval, conforme as suas origens, teria sucumbido após pouco mais de duzentos anos. Depois da morte de D. Fernando, em 1383, Portugal teria sido absorvido por Castela se se mantivesse fiel à tradição monárquico-medieval. Toda a sociedade dirigente estava eivada dos prejuízos de uma mentalidade senhorial agrária, que preferia aceitar a dominação castelhana a ver afectados os seus interesses e os seus domínios privados. Prova-o a adesão da quase totalidade dos nobres e fidalgos do tempo ao partido de Castela.

Foi uma revolução que salvou Portugal da absorção estrangeira. Foi a revolução popular e burguesa de 1383-85 que, substituindo a velha classe dirigente

por uma nova classe dirigente, substituindo uma dinastia por outra dinastia, substituindo uns donos da terra por outros donos da terra, projectou Portugal para além da morte que lhe estava talhada.

É por isso também que não se pode confundir a decadência de uma classe com a decadência de um povo. As classes dirigentes têm o destino ligado à estrutura económica que representam. Os fidalgos e nobres do tempo de D. Fernando estavam ligados ao regime senhorial dos tempos feudais. Foram vítimas da decadência e morte desse regime. Entretanto, as classes dos mesterais e dos detentores de riqueza argentária tinham alcançado uma grande importância na vida económica e social. A burguesia por toda a parte anunciava a sua ascensão.

Assim, quando a classe dirigente tradicional aceitava a dominação castelhana como garante dos seus privilégios, outras classes — a burguesia e a popular — apareceram na arena política a impor uma solução democrática. O Mestre de Avis e o comandante militar Nun'Álvares Pereira não são senão os expoentes legais de uma nova ordem que derrubou a anterior ordem constituída. Os verdadeiros heróis da conjuntura foram o astuto Álvaro Pais ⁽¹⁾; o agitador Fernão Vasques,

(1) Pais aconselhou ao Mestre: «dai aquilo que vosso não é e prometei o que não tendes.»

alfaiate de profissão; o tanoeiro Anes Penedo, que na Câmara fez decidir com a sua oratória, rude mas incisiva, os honrados cidadãos a outorgar a aclamação popular do Mestre como Regedor e Defensor do Reino; e o sábio João das Regras, verdadeiro símbolo da classe burguesa ascendente, que em rasgos de dialéctica legitimou a expressão da vontade popular.

Assim como o Mestre de Avis em 1385, também em 1640 os quarenta fidalgos conjurados contra a dominação filipina, que perdurava há sessenta anos, não são mais que a participação fidalga numa revolta que tinha as mais largas e fundas raízes populares. A revolta de Évora, ocorrida dois anos antes, tinha sido o rebate clamoroso do estado da exasperação nacional frente à usurpação estrangeira. Não foi aceitando a fatalidade de uma tradição que já tinha seis décadas a seu favor, que Portugal pôde novamente respirar a dignidade da sua independência.

Quando em 1808 os exércitos napoleónicos invadiram o país, assistiu-se à vergonhosa fuga do rei e sua corte para o Brasil. Portugal teria novamente sucumbido sob as garras cúpidas do estrangeiro, se o povo não tem improvisado uma resistência heróica, que, com todo o seu carácter anárquico, bastou, porém, para suprir o abandono governativo a que o votaram as classes dirigentes.

A resistência a um imperialista, porém, abriu a porta a outro imperialista. A invasão que os franceses empreenderam pela ofensiva alcançaram-na os ingleses pela defensiva. Beresford, que viera para nos «salvar», acabou por nos sujeitar a uma tutela hedionda, que vitimou alguns dos portugueses mais honrados e heróicos da época, como o general Gomes Freire de Andrade.

Foi mais uma vez preciso que uma revolução restituísse a Portugal a possibilidade da sua sobrevivência. Não foi mantendo-nos fieis à tradição absolutista que conseguimos vencer a crise nacional. Foi a Revolução Liberal de 1820-34 que reintegrou o país nos novos surtos da civilização moderna. Muita coisa no mundo tinha mudado entretanto. A classe burguesa tinha alcançado o triunfo definitivo através da Revolução Francesa de 1789.

A classe senhorial portuguesa tentou sobreviver, não hesitando lançar o país numa sangrenta e fratricida guerra civil de dez anos. Mas ao fim a vitória coube ao partido que tinha por si o futuro. Mais uma vez a classe dirigente foi substituída por uma nova classe dirigente, os donos da terra por outros donos da terra. Foi assim que Portugal sobreviveu na crise de adaptação às coordenadas do mundo moderno.

Não tem sido portanto a tradição, mas a revolução, que tem salvado o país nas suas crises mais graves.

A revolução no seu conceito mais amplo, de renovação construtiva. O conceito de portugalidade contém exactamente este exemplo de capacidade revolucionária como modo de sobrevivência nacional.

Se podemos orgulhar-nos de oito séculos de nacionalidade, não é por nos termos mantido obcecadamente fieis às tradições, mas precisamente por termos sabido e termos sido capazes de modificar a tempo os nossos hábitos anacrónicos e os nossos sistemas de vida ultrapassados.

Por termos acertado com os outros povos a técnica do nosso trabalho, o sistema das relações de produção e consumo; e por termos acompanhado a evolução mental dos outros povos, por termos criado estruturas de vida idênticas às dos outros povos, — por tudo isso é que temos podido sobreviver com individualidade nacional.

E os «teóricos do tradicionalismo» — que pregam o «primado do espírito» como bandeira da sua conduta — bem revelam o carácter demagógico da sua falsa ideologia, ao deixarem-se surpreender na contradição dos seus hábitos: pois que os mais fervorosos adeptos do «tradicionalismo» são precisamente os usufrutuários dos benefícios materiais do progresso. Teoricamente são adeptos dos ideais da cavalaria medieval, mas na prática são os donos e principais accionistas das grandes empresas modernas do capitalismo indus-

trial. E mesmo quando defendem a actualidade do tomismo do século XIII, servem-se de automóveis dos mais recentes modelos para viajarem nas suas digressões doutrinárias.

Os conceitos abstractos de «tradicionalismo», «primados do espírito», «patrioteirismos», «missionarismos» e outras expressões mais ou menos sonoras com que têm sido embalados os nossos ouvidos, não passam de golpes de prestidigitação com que se iludem os espectadores, distraindo-os da manobra do *truc*. O *truc* consiste em pretender manter, nos tempos modernos do industrialismo, as formas caducas da exploração medieval, fazendo substituir os antigos servos da gleba por modernos escravos da máquina. E mantendo em tudo o mais as ultrapassadas formas de exploração, em que os antigos condes, donos de condados, são substituídos pelos modernos barões e comendadores, proprietários dos meios de produção actuais.

Um povo não pode deixar-se escravizar pela sujeição às tradições obsoletas que estão em oposição com o espírito dos novos tempos e das implicações sociais do progresso técnico e científico. Um povo que se sujeite a essa degradação já não é povo, mesmo que politicamente seja ainda uma nação. E como nação, assim colocada fora das coordenadas do tempo contemporâneo, descera à tumba do aniquilamento de mãos atadas e olhos vendados. Se esse foi o precedente que tivemos em 1580, não é porém o exemplo que

nos lega a tradição viva do nosso passado histórico. É por isso que as posições e atitudes políticas não são um luxo, como de certo modo o eram na época do romantismo, quando na mesma família havia membros de partidos antagônicos, por isso dar um certo lustre e importância à família, que em todas as situações gozava do prestígio da consanguinidade.

As posições políticas hoje impõem-se não por diletantismo, mas por uma questão vital. Sobrevivência ou aniquilamento — é hoje o dilema. É um imperativo nacional, da mesma forma que um imperativo econômico. E perante o extremar dilemático do ser ou não ser, não resta lugar para as meias posições.

Uma nação não sobrevive estaticamente, como também não pode sobreviver uma empresa fabril que não acompanhe por remodelações sucessivas do seu maquinismo o desenvolvimento universal da técnica. E não é só o maquinismo que tem de ser remodelado: é o processo de fabrico, a participação dos trabalhadores, o sistema de contabilidade, o estilo da administração e a mentalidade da gerência. Bons gerentes do tempo das máquinas a vapor seriam péssimos administradores na época do automatismo.

Uma fábrica que se mantivesse aferrada às suas máquinas a vapor, ainda que no seu tempo tenham sido as melhores do mundo, não teria resistido à concorrência de todos os sistemas mecânicos mais moder-

nos da produção. Quando uma empresa se agarra afectivamente às máquinas do passado, só tem uma forma não ruínosa de as conservar: colocando-as num museu.

Ora também um país, por muito que se orgulhe do seu passado e das suas tradições, não pode alhear-se do sentido da evolução dos tempos, do progresso técnico e económico, dos novos processos de produção e de distribuição da riqueza, da forma das suas estruturas — e até da remodelação dos processos de gerência.

Se usamos para exemplificação o caso de uma empresa industrial, não é porque confundamos empresa com nação. Exactamente porque o conceito de nação é muito mais rico de valores de toda a ordem, é que temos obrigação de os salvaguardar com uma decisão muito mais firme do que os interessados nas empresas industriais.

A sociedade, o país, o povo que não compreenda isto e que não remodele as suas estruturas, pondo corajosamente de lado os processos anacrónicos e os hábitos obsoletos, um povo que não saiba abrir um museu para nele arrecadar as recordações do seu passado, em lugar próprio, ainda que bem encaixilhado, mas enfim colocado no museu, esse não poderá acompanhar o progresso, ficará para trás, e acabará por ser soterrado na marcha inexorável da história.

É por isso que a única forma legítima de defendermos as nossas tradições reside em sermos capazes de actualizar o nosso modo de viver social, que é como quem diz, reformar a nossa economia, a nossa mentalidade, a nossa administração, os nossos processos de condução política. Só desse modo poderemos sobreviver, e assim manter as tradições legítimas. Porque se nos obcecarmos em defender apenas as tradições obsoletas sem cuidarmos da nossa sobrevivência no mundo actual, então é a falência colectiva que nos aguarda.

Se a história não é uma palavra vã, as lições de patriotismo que nela se encerram são de feição revolucionária e não tradicionalista.

A P Ê N D I C E

ENSAIO CRÍTICO DO DR. JOAQUIM
DE MONTEZUMA DE CARVALHO

Publicado no «Notícias de Lourenço Marques», em 31-5-961

VICTOR DE SÁ E A CULTURA

Victor de Sá era um simples livreiro em Braga. Vendia livros para minhotos. Ainda hoje é livreiro e ainda hoje vende livros para minhotos. Mas não se ficou uma vida inteira a vender livros para os outros. Leu muito, foi estudando nos duros intervalos da sua profissão, fez o Liceu, entrou na Universidade de Coimbra e formou-se, em 1958, na ramo das Ciências Históricas e Filosóficas. Tem quarenta anos. Olhamos para o passado hostil de Victor de Sá e sentimos simpatia. Um perfil lutador. Uma alma aberta para a acção. Um português da mais pura renascença. A Universidade não o alterou. O mesmo de sempre. É que Victor de Sá pertence a um cada vez mais raro e bem significativo escol, a essa diminuta elite de pessoas cultas que não necessitariam de qualquer universidade do mundo para se sentirem «formados»! E quantas almas dúbias, por haverem passado pelos claustros universitários, à laia de turistas do saber, não se sentem completamente «formadas»!

Quando o nosso livreiro entrou na Universidade de Coimbra já levava um rol de obras suas publicadas: «A mocidade de Antero», «As prosas de Antero de Quental», ambos de 1942, «Bibliografia queirosiana» (1945). E desde 1942 a 1950 que havia mantido em permanente actividade uma organização criada por sua iniciativa, única no seu género em Portugal, a chamada Biblioteca Móvel, sistema de leituras facilitadas para a utilização em todo

o país. Foi batalha dura, apenas compreendida pelos utentes. Mas um dia em que se historie a cultura portuguesa no século que transcorre, a empresa da Biblioteca Móvel tem de estar presente. Basta afirmar que a actual acção da Fundação C. Gulbenkian, nesse sector, se filia directamente na acção de Victor de Sá. Cultura não é só criação. É diálogo e, para ser diálogo, cultura tem de ser difusão. Daí que a inteligência e o coração humanitários de Victor de Sá designassem por «Cultura e Acção» as actividades em prol duma cultura difundida, atigindo as classes mais humildes dos que sabem ler e continuam analfabetos (o analfabeto não é apenas o que não sabe ler, é ainda o que sabe ler mas não tem um livro ao seu alcance; o órgão faz a função e sem leitura não podemos ter a função ou o dinamismo; o que sabe ler e não pratica é ser estático, órgão que paralizou e cedo regressará à origem: o analfabetismo).

O esforço de Victor de Sá, com a sua magnífica Biblioteca Móvel, procurava solidarizar-se com esse sector da nação. Ainda não é tudo: Victor de Sá na sua colecção de ensaios «Cultura e Acção» explica-nos «O que foi a Biblioteca Móvel» (1954), «O que é a Unesco» (1955), o que são «As Bibliotecas, o público e a cultura» (1956), «Os Problemas da mentalidade» (1957), a «Sociedade e a Cultura» (1958) e, recentemente, a «Cultura e Democracia» (1961). Por aqui já se observa qual é o principal esforço de Victor de Sá: difundir cultura. Onde a sua personalidade se acha mais empenhada é neste labor.

Mas Victor de Sá é também o ensaísta de pura criação com os seus vários estudos sobre Amorim Viana. Curioso: também Amorim Viana foi uma mentalidade agitada por problemas iguais aos que revolvem a entranha de Victor de Sá. Amorim Viana não se fechou em si. A cultura não é um privilégio. Todavia é assim que «nuestros pueblos ibéricos» a entendem. Há uma revista cultural equatoriana que recebo de Guayaquil, a segunda cidade do Equador. Chama-se «La Semana». Trata-se duma publicação semanal da Casa de la Cultura. A divisa desta Casa e da revista

é um pensamento do grande novelista espanhol don Pío Baroja: «Los partidarios de un aristocratismo cultural piensan que mientras menor sea el número de los aspirantes a una cultura superior, mas seguros estarán ellos de poseerla como un privilegio». Também eu penso que é neste temor ou (tumor ?) que se radica o problema.

Victor de Sá manda-me o seu último livro — «Cultura e Democracia» (1961). Homem de idcias claras, homem atento ao seu tempo, Victor de Sá não se refugia em metáforas gongóricas como a esquivar-se a tratar os problemas de frente. O portuguesismo de Victor está em tratar os problemas de frente, sem longas considerações metafísicas, sem muitos atritos pseudo-culturais. O prólogo de «Cultura e Democracia» diz-nos, sem evasivas, que «sem cultura o homem é um vassalo, não um cidadão».

Para a criação do «novo homem», já que «a luta pela cultura é, em primeiro lugar, a luta pelas mais elevadas qualidades humanas», a cultura não só tem de se difundir, deixando de ser «aristocrática», como tem de se reformar. A cultura tem de se difundir... assim pensa este ensaísta. Mas nem todos os ensaístas ou filósofos portugueses. Por exemplo, um Álvaro Ribeiro, mentor da geração de 57 (António Quadros, Brás Teixeira, Orlando Vitorino, etc.) simplesmente genial para os seus discípulos, é contra a difusão da cultura, contra a sua extensão: «quanto à sua extensão — escreve Álvaro Ribeiro — direi que a minha opinião é reaccionariamente negativa; não tenhamos pressa de desnaturalizar e de desnacionalizar as populações portuguesas...».

Há, portanto, um sector da filosofia e do ensaísmo em Portugal que não pensa como Victor de Sá. Um Álvaro Ribeiro é defensor duma tradição estática. Victor de Sá é um apologista do dinamismo. Álvaro Ribeiro é feudalista quanto à sua concepção de cultura. O nosso livreiro de Braga afirma que «a cultura não pode ser uma barreira, nem um feudo; pelo contrário, é uma aspiração ao universal, um esforço de compreensão». Mas o problema é mais sério: os povos avançam na medida

da cultura que difundem. Os povos são ricos ou pobres pela cultura que praticam. Diz-me as escolas que tens, a qualidade de ensino que dispensas, e eu te direi, oh Bolívia, oh Suíça, oh Índia, oh Suécia, a nação que tu és! Victor de Sá escreve: «temos de reformar estruturalmente, e desde já, todo o nosso ensino; não podemos refundir os nossos processos de criação de riqueza dispondo de uma percentagem esmagadora da população a saber apenas ler, escrever e contar — e mal; é preciso que o período obrigatório de escolaridade seja alargado pelo menos para seis anos; não nos esqueçamos de que em alguns países mais desenvolvidos industrialmente, esse período é de dez anos, o que implica que toda a juventude, frequentando as escolas dos seis aos dezasseis anos, saia para a vida profissional, mesmo sem prosseguir noutros cursos, com um mínimo obrigatório de cultura que abrange já a física e a química, a história e a música, a língua pátria e pelo menos uma língua estrangeira».

Reformar para criar riqueza industrial, para o país se tornar rico, para haver bons técnicos, para haver bons profissionais. Eu não quero criticar esta ideia de que cultura é base da riqueza, tanto mais que sou partidário dela. Mas não quero deixar de lembrar o que Ortega y Gasset escreveu no seu livro «Misión de la Universidad» (1930), logo na terceira página: «O erro vem de todo o século XIX. Os ingleses derrotam a Napoleão I: a batalha de Waterloo foi ganha pelos campos de jogo de Eton. Bismark vence Napoleão III: a guerra de 70 é a vitória do mestre de escola prussiano e do professor alemão. Ora isto nasce dum erro fundamental que é preciso arrancar das cabeças, e consiste em supor que as nações são grandes porque a sua escola — elementar, secundária e superior — é boa. Isto representa um resíduo da beataria «idealista» do século passado. Atribui à escola uma força que não tem nem pode ter. Aquele século, para se entusiasmar e estimar algo profundamente, necessitava de o exagerar, de o tornar mitológico. Certamente, quando uma nação é grande, é boa também a sua escola. Não há nação grande se a sua escola não for boa».

Ortega condenava essa espécie de beataria, não o julguemos um Álvaro Ribeiro. Aí está Ortega pugnando pela « europeização » da Espanha, em suma, defendendo uma cultura reformada qualitativamente e tornada extensiva às massas, essas mesmas massas que tanto o preocupavam. « A Espanha é o problema, a Europa a sua solução », dizia o político e pedagogo espanhol Joaquim Costa, de boa memória. Mas Ortega que não era um beato da ideia dum « progresso derivado tão somente da escola », indo contra o fanatismo do século XIX, Ortega melancolicamente pensava, ainda no citado livro : « Se um povo é politicamente vil, é vão esperar coisa alguma da escola mais perfeita, apenas cabe esperar duma escola de minorias, que vivem à parte e contra o resto do país ». Seria o caso da Residência de los Estudiantes ? A escola faz parte dum todo. Ortega não era um vencido, era um aristocrata do pensamento mas não um egoísta da cultura : queria cultura para todo o mundo. Mas porque a escola faz parte dum todo, Ortega pensava (outra vez, melancolicamente) que « ainda que fossem perfeitos o ensino secundário inglês e a universidade alemã, elas seriam intransferíveis, porque são apenas uma porção de si mesmas ; a sua realidade íntegra é o mais que as criou e as mantém ».

Talvez que a síntese perfeita para compreender Ortega frente ao problema duma pedagogia para o povo espanhol seja esta : acreditava na acção da escola, mas não era um beato da exclusiva acção da mesma. A reforma pedagógica teria de acompanhar « outras » reformas. Talvez que Victor de Sá em todos os seus escritos tem defendido e defende que « cultura é um problema essencial, um problema vital », « que a necessidade de cultura têm hoje uma exigência social tão grave como as do pão, do trabalho e da saúde ». Concorro com Victor de Sá, mas atendendo às nuances de Ortega.

Victor de Sá dá-nos de cultura a seguinte definição : « somatório de conhecimentos que permite ao homem ter uma compreensão de si próprio e da sua posição, quer em relação aos outros homens, quer em relação ao Cosmos em que vive ». É uma definição

perfeita. É uma definição dum homem maduro e responsável. Ortega definiu o que era o povo bárbaro: «pero el señor que dice ser médico o magistrado o general o filólogo u obispo — es decir, que pertenece a la clase directora de la sociedad —, si ignora lo que es hoy cosmos físico para el hombre europeo es un perfecto bárbaro, por mucho que sepa de sus leyes, o de sus mejunjes, o de sus santos padres».

Quando Ortega estudou a Azorin (Azorin o primores de lo vulgar, 1957) escreveu algo que se combina com a concepção de Victor de Sá: «Pienso que no debiera llamarse culto al hombre que ta homado posesión de todo si mismo. Cultura es fidelidad consigo mismo, una actitud de religioso respecto hacia nuestra propia y personal vida. Decía Goethe que no podia estimar a un hombre que no llevase un diario de sus jornadas. El detalle del diario puede abandonarse; pero reservemos la aguda verdad diamantina que envuelve esa frase. Un ser que desprecia su propia realidad no puede verdadeiramente estimar nada ni haber en él nada verdad. Sus ideas, sus actos, sus palabras tendrán sólo una calidad ilusoria: no serán nunca lo que aparentan ser. No por su contenido son reales mi fe o mi duda sino como trozos de mi vida personal. Un hombre que no cree en si mismo no puede creer en Dios».

Victor de Sá coincide com Ortega, pois sem esse somatório de conhecimentos que permita ao homem ter uma compreensão de si próprio e da sua posição frente aos outros homens e ao Cosmos, um homem não pode crer em si mesmo e, virtualmente, não pode crer em Deus.

Ortega na sua profissão de vida era um diltheiano. Dilthey é o filósofo da vida como integração da razão e da vida. Nem vitalista nem racionalista, mas racio-vitalista. Ora Dilthey centra o problema da sua filosofia na *Weltanschauung*. O filósofo mexicano António-Caso traduziu o termo por «cosmovisão», embora o que domine em língua espanhola seja a tradução

do termo alemão por «concepção do mundo». Joaquim de Carvalho fez vingar no âmbito da língua portuguesa a tradução da *Weltanschauung* por «mundividência», ou seja, a concepção geral acerca do universo e da vida.

Victor de Sá dando-nos a definição da cultura tal como no-la apresenta, segue a concepção diltheyana de cultura como mundividência. Não sei se Victor de Sá já se diagnosticou a si mesmo. Mas Victor de Sá é um diltheyano, em muitos pontos um orteguiano, e sempre, sempre em primeiro lugar, um português de coração limpo que ama Portugal sem outro compromisso que o puro amor à verdade e à solidariedade com a circunstância.

O volume «Cultura e Democracia» agrupa vários capítulos. Além do primeiro que lhe dá o título, temos depois: «Instrução e concorrência»; «Cultura e Orçamento»; «Fazer ou não fazer — eis a questão!»; «As Bibliotecas Móveis e os Escritores»; «Necessidade de uma Editora Nacional»; «Grandezas e misérias do ensino primário em Portugal»; «Aspectos da vida dos professores»; «A cultura como pressuposto do fomento económico»; e «A Instrução pública, problema central do nosso tempo».

Em todos os estudos, um espírito sem sofismas, uma inteligência aberta, um cidadão amando a valer a sua pátria. Poderíamos prosseguir nos comentários ao livro. O que, porém, fica dito circunscreveu-se ao essencial dele.

Victor de Sá quer cultura para todos, cultura como ponto de partida para a dignidade do homem perante o universo (mundividência), cultura como realidade radical ou pressuposto para o progresso mental e económico da pátria. O seu recente livro, como todos quantos nos tem dado, um caso sério para meditarmos, a nós que não estamos em ilhas mas no próprio continente da vida, ao lado dos outros homens.

Inhambane, 20 de Maio de 1961.

I N D I C E

	PÁGS.
História e Actualidade	11
Economia e História	27
A função social da Morte	39
O Sebastianismo ou Messianismo Lusitano	47
Imanentismo ou Transcendentalismo na Vida Social . .	55
Rejuvenescimento do Mundo	63
Ramalho e a Dialéctica das Gerações	73
Duas Gerações, Duas Mentalidades	79
Atitude crítica perante a Revolução de 1910	91
Tradição e Revolução	105
Apêndice	
Ensaio crítico do Dr. Joaquim de Montezuma de Carvalho	117

1961

Impresso na Tipografia Cávado - Esposende

Handwritten signature: *Wm. L. Garrison*
1751
1861

COLECÇÃO «CULTURA E ACÇÃO»

1

O QUE FOI A BIBLIOTECA MÓVEL

2

O QUE É A UNESCO

3

AS BIBLIOTECAS, O PÚBLICO
E A CULTURA

4

PROBLEMAS DA MENTALIDADE

5

SOCIEDADE E CULTURA

6

CULTURA E DEMOCRACIA

7

HISTÓRIA E ACTUALIDADE

Depositária:

LIVRARIA VICTOR
B R A G A

1

9

6

1

c u l t u r a
e a c ç ã o

7

biblioteca
municipal
barcelos



48020

História e actualidade